



Especialização em Gestão Escolar
Universidade Federal da Bahia

EDCJ01

Educação aberta, continuada e a distância

José Renato Oliveira e Karina Menezes



Educação Aberta, Continuada e a Distância

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GESTÃO ESCOLAR

José Renato Gomes de Oliveira
Karina Moreira Menezes

Educação Aberta, Continuada e a Distância

Salvador
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Vice-Reitor: Penildon Silva Filho
Pró-Reitoria de Extensão
Pró-Reitora: Fabiana Dultra Britto

Faculdade de Educação
Diretor: Roberto Sidnei Alves Macedo

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD

Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Especialização em Gestão Escolar
Coordenadora: Profa. Lanara Souza

Produção de Material Didático
Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Diagramação
Norton Cardoso

Imagem de capa: Sofia Virolli

Equipe de Revisão:
Julio Neves Pereira
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão:
Haenz Gutierrez Quintana
Danilo Barros

Editoração / Ilustração:
Amanda Braga; Carla da Silva; Gabriela
Cardoso; Ingrid Barretto; Norton Cardoso;
Sofia Virolli; Tamara Noel

Design de Interfaces:
Danilo Barros

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Rodrigo Araújo dos Santos
Câmera, teleprompter e edição:
Gleydson Públio

Edição:
Thais Vieira; Lucas Machado
Animação e videografismos:
Rafaela Feliciano; Melissa Araujo; David
Vieira; Diana Santos

Edição de Áudio:
Igor Macedo



Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

O48 Oliveira, José Renato Gomes de.
Educação aberta, continuada e a distância / José Renato Gomes de Oliveira, Karina Moreira Menezes. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2022.
62 p. : il., color.
Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Especialização em Gestão Escolar na modalidade EaD da UFBA.
ISBN: 978-65-5631-079-4
1. Educação aberta. 2. Educação permanente. 3. Ensino a distância. 4. Democratização da educação. I. Menezes, Karina Moreira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. IV. Título.

CDU: 37.018.43

Sumário

Sobre as(os) Autoras(es)	7
Apresentação da Disciplina	8
Introdução	10
Unidade Temática I - Implicações da EaD e EACD na democratização do acesso à Educação.	11
1.1. Histórico da Educação a Distância	11
1.1.1. Breve histórico da EaD no Brasil	14
1.1.2. A Educação Superior a Distância no Brasil.	16
1.1.3. Políticas Públicas para a Educação Superior a Distância	17
1.1.4. Políticas públicas e Legislação sobre a EaD na educação superior: 1993-2013	19
1.1.5. Tendências ou Gerações da EaD	24
1.2. Ampliação do direito à educação	28
1.2.1. A EaD na Educação Superior Presencial.	30
Unidade Temática II - Perspectiva crítica na relação Tecnologias de Informação e comunicação e Educação a distância	33
2.1. Delineando conceitos	36
2.1.1. Educação hipertextual.	36
2.1.2. Educação Aberta	37
2.1.3. Educação Online	38
2.1.4. Ensino Híbrido.	39
2.2. Autonomia na aprendizagem	40
Unidade Temática III - Ambientes Virtuais de Aprendizagem, conceitos e características	43
3.1. Delineando conceitos	43

3.1.1. Virtualidade	43
3.1.2. Ambientes Virtuais de Aprendizagem	45
3.2. Características dos AVA	47
3.2.1. O Moodle - o que é e como funciona.	47
3.2.2. Ensino e aprendizagem com Moodle	50
3.2.3. Sobre a Utilização do Moodle.	51
3.2.4. Plug-ins	52
3.2.4.1. Atividades Coletivas	52
3.2.4.2. Atividades Individuais	53
3.2.4.3 Recursos.	54
Considerações Finais dos Autores	57
REFERÊNCIAS.	59



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Sobre as(os) Autoras(es)

José Renato Gomes de Oliveira

Professor(a)-Autor(a)

Pedagogo, Licenciado e Bacharel em História (UFBA). Especialista em Educação a Distância e História Social e Econômica do Brasil. Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, pesquisa sobre Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA, especialmente no ensino superior. Atualmente é Coordenador de Ambientes Virtuais da Superintendência de Educação a Distância - SEAD, da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Foi coordenador de Educação a Distância e fundador do Núcleo de Inovação em Ambientes virtuais de Aprendizagem - NIAVA - do Instituto Anísio Teixeira (IAT) - Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) em 2013. Trabalha com Tecnologia Educacional desde 2006, atuando principalmente com Educação a Distância e Software Livre.

Karina Moreira Menezes

Professor(a)-Autor(a)

Pedagoga. Pós-doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da UFBA. Foi Assessora da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade Federal da Bahia. Especialista em Administração da Educação. Integrante de Grupos de Pesquisas nas áreas de Infância, Tecnologias e Linguagens. Integrante do Raul Hacker Club de Salvador Bahia. Vencedora do Prêmio Capes de Tese 2019 na área de Educação. Usuária e defensora do Software Livre. Mãe do Ian.



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Apresentação

Olá, estudante!

Boas-vindas ao Ebook “Educação Aberta, Continuada e a Distância”!

Este ebook traz um breve estudo teórico, dicas e orientações, além de reflexões a respeito da Educação a Distância (EaD) que caminha para tornar-se Aberta, Continuada e a Distância (EACD), modalidade da educação em franca expansão. Antes de continuar a sua leitura, propomos alguns questionamentos iniciais para sua reflexão.

1. Você já pensou que realizando um curso na modalidade de Educação a Distância você obteria um diploma de forma muito fácil?
2. Você já pensou que realizando um curso EaD não necessitará reservar horas de estudo pessoais de forma presencial?
3. Já passou pela sua cabeça também a ideia de que alunos de EaD estudam menos?

Se você respondeu sim a pelo menos uma das perguntas acima, é sinal de que você precisa rever seus conceitos... e você está no lugar certo!

Além de ensinar sobre a EaD, este material também irá dirimir equívocos comuns sobre a modalidade. Você verá que a modalidade de Educação a Distância demanda dedicação e organização das pessoas envolvidas em suas diversas etapas, sejam estudantes, educadores/as, tutores/as ou gestores/as. Essa característica faz com que a modalidade de ensino-aprendizagem aconteça com mais qualidade.

Então, prepare-se! Vamos seguir viagem nesta incrível trajetória dos conhecimentos sobre a Educação a Distância e Educação Aberta Continuada a Distância. Com a expansão das tecnologias digitais conectadas em rede, além do surgimento da

educação online, uma enorme variedade de cursos são ofertados hoje através da EaD. Desde cursos técnicos a especializações em nível superior, a qualidade da formação e o sucesso dos aprendizes dependem, dentre outros aspectos, de um bom planejamento, metodologias adequadas, compromisso e autonomia dos/as estudantes.

As tecnologias estão modificando nossas vidas, e, ao adentrar as escolas, através da internet, computadores e celulares, estão abrindo espaço para princípios e metodologias característicos da EaD. Por isso, é igualmente importante compreender o quanto os processos educacionais são afetados pelas tecnologias, não apenas na perspectiva do ensino-aprendizagem, mas também da gestão da educação. E aqui você terá essa oportunidade! Você irá conhecer um pouco mais sobre a EaD, suas potencialidades para aproximar as pessoas quando planejada para ser aberta e continuada, através de tecnologias de informação e comunicação digitais.

Os conteúdos deste ebook estão organizados em 4 partes:

Na Parte I, você conhecerá a história da EaD e sua importância para a democratização da educação no nosso país. Também conhecerá alguns riscos quando a educação a distância é adotada de forma acrítica.

Na Parte II, discutiremos sobre as tecnologias digitais na relação com a EaD que vem sendo atualizada fazendo emergir conceitos e práticas relacionados à Educação Aberta, Continuada e a Distância (EACD).

Na Parte III, você conhecerá características de um ambiente virtual de aprendizagem e importância na educação contemporânea.

Você vai aprender sobre EaD, enquanto estuda na EaD!

Desejamos uma boa leitura e muito aprendizado!

José Renato e Karina

Os autores



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Introdução

Em sua origem, Educação a Distância é uma modalidade de ensino na qual aprendiz e professor/a não estão no mesmo lugar ao mesmo tempo, sendo conectados através de artefatos tecnológicos que conduzem a diferentes tipos de mediação. Como você verá no decorrer dessa leitura, é uma modalidade impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico que surgiu a partir da revolução industrial do século XIX. Antes realizada por meio de correspondência, hoje engloba diferentes nomes que sinalizam conceitos e práticas desenvolvidas com o passar dos anos, fazendo com que as oportunidades de ensino e aprendizagem extrapolem fronteiras físicas. Ensino a Distância, Educação Online, ou ainda Educação por Mediação Tecnológica, embora seja um fenômeno do mundo moderno e contemporâneo, a EaD é tão antiga quanto o desejo humano de aprender e de ensinar.

A EaD trouxe novas implicações didático-pedagógicas para alunos e professores, a ponto de se repensar a educação, em sentido geral, assim como a reorganização escolar, materiais e procedimentos didáticos, autonomia do estudante, afetividade do professor, intermediação tecnológica e os ambientes de ensino e aprendizagem.

A EaD ao trazer as Tecnologias da Informação e Comunicação para a educação presencial melhora as formas de ensino e aprendizagem ao envolver alunos e professores por meio de uma linguagem que lhe é mais comum e contextualizada. A inserção das tecnologias digitais na sala de aula presencial por outro lado pode fazer tornar obsoletos e descartáveis os antigos métodos, materiais e ambientes, deixando cada vez mais evidente que a educação aberta (acessível e compartilhada) e continuada (ao longo da vida) é uma necessidade e um direito.



› por Sofia Virolli

Unidade Temática I - Implicações da EaD e EACD na democratização do acesso à Educação

1.1. Histórico da Educação a Distância

Iniciamos a nossa trajetória afirmando que a Educação a Distância - EaD, é uma modalidade de ensino nada recente. Embora falar em EaD atualmente nos leve a pensar em dispositivos eletrônicos e na internet, nem sempre foi assim. A história da Educação a Distância nos mostra que essa modalidade já é trabalhada desde tempos remotos. Podemos afirmar, por exemplo, que o apóstolo Paulo utilizou-se dessa modalidade quando enviou cartas de sua autoria às primeiras igrejas da Ásia para propagar as doutrinas cristãs (Oliveira, 2018). É possível que essa experiência tenha se repetido outras vezes em outros períodos da história, no Egito, Grécia ou Roma.



Figura 1 - Ilustração de cartas antigas escritas a mão. Ilustração do papiro
Fonte: pixhere



Figura 2 - Exemplo de pergaminho antigo

Fonte: Pixnio



Figura 3 - Papiro do Egito antigo

Fonte: Pixnio (Autor: Titus Tschardtke)

Se pensarmos a educação em sentido amplo, podemos entender que EaD pode ter ocorrido no Egito Antigo, ainda que de modo não intencional, sem a preocupação pedagógica da formação do indivíduo, através da criação do papiro, uma espécie de suporte à escrita que servia para disseminar as informações.

No entanto, é frequentemente aceito por pensadores da educação como marco inicial, a experiência de agricultores europeus que, em 1856, utilizaram correspondências para aprender melhores técnicas de plantio e manejo de animais (BELLONI, 2006). O essencial é que o ato de informar e comunicar proporcionou condições para a aprendizagem do indivíduo, tirando-o de um estado de “ignorância”, e interferindo de forma indireta na sua formação.

Desde esse fato, a modalidade de ensino EaD tem crescido vertiginosamente, com bastante expressão numérica a partir da popularização dos computadores pessoais (personal computer). Hoje, diante do número de instituições criadas e da quantidade de cursos oferecidos nessa modalidade, podemos dizer que já se tornou um modelo de ensino consagrado, embora não sejam poucos os problemas comuns às instituições e empresas que oferecem esses cursos, seja na educação básica ou no ensino superior.



Para saber mais

Muito cuidado com modelo fordista de Educação



Figura 04 - Modelo de educação tradicional - Foto: Hollick, Ruth, 1883-1977, fotógrafo [ca 1910]

Fonte: domínio público.

O modelo fordista de produção em massa foi aplicado à educação, podendo ser evidente na expansão das ofertas, nas estratégias de otimização dos recursos e no uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

No entanto, a lógica capitalista do modelo de uma educação em massa muito compromete a qualidade da educação. Segundo Belloni (2003), muitos estudos desenvolvidos sobre EaD baseavam-se em modelos teóricos da economia e da sociologia industrial, pautados nos paradigmas do fordismo e pós-fordismo. Porém, a nova realidade sócio histórica afastou-se do modelo tradicional do modo de produção capitalista. Desse modo, deve-se ter uma nova concepção teórica, uma vez diante de uma sociedade pós-industrial, pós-fordista, que se baseia na produção de serviços, na qualificação profissional, na acumulação flexível, na desmaterialização do dinheiro e sua virtualização

Fonte: elaborado pelos autores.

1.1.1. Breve histórico da EaD no Brasil



Figura 5 - Máquina de Escrever vintage.

Fonte: CC0 Public Ddomain (Autor Petr Kratochvil.)

No cenário brasileiro, conta-se que uma das primeiras ações de ensino a distância surgiu da iniciativa de uma pessoa oferecendo curso de datilografia por cartas, em anúncios de jornais por volta dos anos 1900, cerca de 40 anos após a chegada da máquina de escrever no país. Em 1904 instituições privadas conhecidas como escolas internacionais ofereciam cursos diversos, também por correspondência e envio de materiais de estudo por remessas.

Mas um marco político importante para a modalidade EaD no Brasil, data da década de trinta, com a iniciativa do Instituto Rádio Técnico Monitor de oferecer o ensino não-presencial para seus cursos técnicos. Nesta mesma década, Edgar Roquete-Pinto cria a Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro e em paralelo surge, na cidade de São Paulo, o Instituto Universal Brasileiro. No período que vai de 1941 a 1947, surge a primeira Universidade do Ar, que durou dois anos, e logo após veio a Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas.

Na década de 1960, após a reedição do Código Brasileiro de Telecomunicações, determinando que deveria haver transmissão de programas educativos pelas emissoras de radiodifusão e televisões educativas, o Ministério das Comunicações baixou portaria para definindo o tempo obrigatório e gratuito que as emissoras comerciais deveriam ceder para a transmissão de programas educacionais.

Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho dá início ao Telecurso 2000, um programa de educação supletiva à distância, que utilizava a televisão como meio educativo para os alunos. Pela Lei no 403/1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília que englobava três campos: ampliação do conhecimento cultural, educação continuada e ensino superior, em nível de graduação e pós-graduação.

Na Década de 80, com a popularização dos computadores e advento da internet, emergem as discussões em torno da incorporação de tecnologias na educação. O projeto EDUCOM e o Programa de Informática na Educação (PRONINFE) surgem nessa época, mas ainda com direcionamento ao ensino presencial.

A Universidade Federal de Santa Catarina, na década de 1990, criou um curso de EaD Mediado por Computador (EDMC). Aliado a este programa, foi criado um curso de pós-graduação em Engenharia de Produção (Mestrado e Doutorado), em parceria com oito universidades públicas e privadas e empresas de porte tecnológico avançado.

Apenas em 1996 foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação para fomentar a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. A maior parte dos seus projetos eram mantidos com recursos do Fundo Nacional pelo Desenvolvimento da Educação, mas também havia financiamento direto de agentes internacionais, mais fortemente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), financiado pelo Banco Mundial. A TVEscola já existia desde 1995 e foi incorporado pela SEED, que implantou também a Rádio Escola (em parceria com a Radiobrás), em 1997 e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) para doar e instalar

computadores em escolas públicas de ensino fundamental e médio e implantar Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) no País. Os NTE tiveram importância fundamental na expansão da EaD no Brasil, pois serviram como pontos de encontro presencial e apoio tecnológico para Programas de formação inicial e continuada de professores em exercício, em nível de magistério, promovidos com a metodologia de educação a distância, à exemplo do Proinfantil e Proformação. Trataremos mais profundamente desse tema no próximo tópico. Vamos?

1.1.2. A Educação Superior a Distância no Brasil

A educação superior a distância no Brasil é recente, datada da década de 1990, quando pela primeira vez em 1995 uma universidade brasileira^[1] se propôs a ofertar o primeiro curso de graduação a distância (MORAN, 2002; LIMA, 2014). Para isso, o processo de desenvolvimento da EaD no Brasil passou por várias fases, gerações ou tendências, que aliadas às políticas públicas que propiciaram o avanço da modalidade no país.

Realizamos uma pequena coleta de dados e levantamento bibliográfico e documental sobre a trajetória da EaD no Brasil. Estudamos ainda os principais marcos regulatórios e políticas públicas, visando compreender o início e a expansão da Educação a Distância no ensino superior.

Ao abordar o histórico da educação a distância no Brasil, a educação superior e, mais especificamente, a oferta de cursos de graduação, na última década do século XX, percebe-se a existência de um longo e complexo processo de adaptação das universidades para a oferta de cursos à distância, especialmente de graduação, desafiadas em meio à adaptação tecnológica e aos referenciais de qualidade, ambos alvos de críticas e preconceitos para com sua eficácia educacional. Seguindo o fluxo da história, no entanto, ocorre uma ampliação de vagas nos cursos presenciais em mEaDos dos anos 2000, e, por conseguinte, iniciam-se as ofertas de graduação a distância, impulsionadas pelas políticas públicas, diante das necessidades de expansão do ensino superior.

Neste cenário, as políticas públicas impulsionaram as ofertas de vagas para a área de formação de professores, democratização da oferta de ensino superior para a demanda social e descentralização de oportunidades dos grandes centros urbanos. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituída entre os

anos 2005 e 2006 como um programa para articular Universidades, municípios, estados e o Distrito Federal na expansão da formação via EaD. O primeiro edital da propunha aos municípios e estados a criação de polos municipais de apoio presencial para ensino superior à distância enquanto às Universidades, coube apresentar propostas de cursos superiores na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nos polos. Em muitos estados a estrutura já existente dos NTE foi atualizada e ampliada para acolher a demanda, em outros foram criados novos polos.

No ano de 2011, a Secretaria de Educação a Distância do MEC foi extinta, permanecendo a continuidade de um processo regulatório da modalidade, iniciado em 2007. A extinção da SEED, contudo, não significou o declínio da Educação a Distância. Pelo contrário, devido às suas potencialidades, a Educação a Distância tem sido encarada como forma real de democratização do acesso à educação. É a partir dessa defesa, agora sob a ótica das tecnologias de informação e comunicação digitais em rede, que surge a conceituação da Educação Aberta, continuada e a distância, como veremos em breve. Essa construção prática e conceitual é disputada com outras que também perpassam a história da EaD que engloba metodologias muito variadas, de acordo com as tecnologias de época e com as concepções de educação adotadas em seu planejamento, conforme veremos a seguir.

1.1.3. Políticas Públicas para a Educação Superior a Distância

A legislação sobre EaD no Brasil pode ser identificada a partir dos anos 1960, quando o governo sancionou o Código Brasileiro de Comunicações, através do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Neste Decreto, o governo normatiza a respeito dos fins educacionais e culturais dos meios de telecomunicações no país, como a rádio e a televisão educativa. Este Decreto-lei condiciona o uso das telecomunicações na educação, desde que seja sem fins lucrativos, autorizando apenas aos entes federativos, às universidades brasileiras e fundações.

“Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa: a) a União; b) os Estados, Territórios e Municípios; c) as Universidades Brasileiras; d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. § 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento. § 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.” (BRASIL, 1967).

Após essa ação normativa, o congresso sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na década de 70 (Lei 5.692 de 11 de agosto 1971, atualmente revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996), dando abertura a realização do ensino supletivo através de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação, a exemplo dos telecurtos. A tecnologia no país, no entanto, era ainda considerada rudimentar para obter mais investimentos do setor privado e incentivos do setor público. Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, no entanto, esse cenário mudou.



Para saber mais

LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, citada desde a Constituição de 1934, foi criada apenas na década de 1961 e define e regulamenta a educação brasileira com base em princípios e normas constitucionais. Depois da primeira versão em 1961, foi promulgada uma segunda versão em 1971. A versão atual foi promulgada pela Lei 9.394, em 1996.

Fonte: elaborado pelos autores

Abaixo elencamos alguns fatores contextuais que cooperaram para novas leis e normas fossem implementados pelas políticas públicas, a fim dar maior abertura à modalidade Educação a Distância:

1.	O desenvolvimento da tecnologia e o reconhecimento de suas potencialidades para a educação;
2.	A promulgação da Constituição de 1988, que deu início ao processo de redemocratização no país, dando mais autonomia às universidades;
3.	A necessidade de elevação dos investimentos na educação, ampliando o ensino fundamental e o médio e, dessa forma, criando-se mais demandas de vagas para o ensino superior;
4.	Os desafios da formação no ensino médio, cursos profissionalizantes, educação de Jovens e Adultos (EJA) e no ensino superior, em se tratando de um país com dimensões continentais.

Quadro 3 – Políticas públicas para abertura da modalidade Educação a distância

Fonte: elaborado pelos autores

Apenas na década de 1990, é que se dá início a um amplo processo de normatização a respeito desta modalidade. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, promulgada em 1996, a EaD foi regulamentada por vários Decretos, Portarias, Resoluções e Pareceres, dando início a uma série de incentivos governamentais e investimentos em projetos educacionais nessa modalidade. Segue um quadro da cronologia recente das políticas públicas a respeito da educação superior a distância.

1.1.4. Políticas públicas e Legislação sobre a EaD na educação superior: 1993-2013

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EaD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: 1993-2013	
1993	<ul style="list-style-type: none"> • Consórcio Interuniversitário de EaD (BrasilEaD).
1994	<p>Sistema Nacional de Educação a Distância - SINEaD (Decreto 1.237 de 06/09/1994)</p> <p>Coordenadoria de EaD (MEC)</p>

Centro Nacional de Ensino a Distância (Senac)
1995
Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed)
TV Escola
Telecurso 2000
1996
A EaD é regulamentada em forma de Lei pela LDB 9.394/1996
Criação da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC)
1997
Canal Futura
Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)
1997/1998
Programa de Apoio ao Aperfeiçoamento de Professores de 2º Grau de Matemática e Ciências (ProCiências).
1998
Universidade Virtual do Centro-Oeste (Univir-CO)
1999
<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) • Proformação (Seed/MEC)
2000
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Veredas, criado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais • Consórcio Cederj – Rio de Janeiro • Comunidade Virtual de Aprendizagem - Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior (CVA-Ricesu) • TV na Escola e os Desafios de Hoje
2001
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar I)
2002
<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Assessora para Educação Superior a Distância (MEC)
2003
<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão)
2004
<ul style="list-style-type: none"> • Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II) • Grupo de Trabalho de Educação a Distância para a Educação Superior (GtEaDes) • Pró-Licenciatura

• Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação - “Mídias na Educação”
• Pró-Letramento
• Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
• (Proinfantil)
2005
• Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (Escola de Gestores)
2006
• Sistema Universidade Aberta do Brasil
• Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado)
2007
• Portal do Software Público Brasileiro (SBP) E- Proinfo
2008
• Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABE-EaD), entidade nacional que representa os estudantes de cursos na modalidade EaD no Brasil Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor)
• Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial.
2009
• Fundação da Associação Nacional dos Tutores da Educação a Distância.
2010
• Chamada 01 – Programa de Mestrado Profissional em Matemática (Profmat)
2011
• Sistema Rede e-Tec Brasil
2013
• Edital 01/2013 – Programa de Mestrado Profissional em Física (Profis)
• Edital 01/2013 – Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras)

Quadro 4 - Cronologia recente das políticas públicas para educação superior a distância.

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme podemos visualizar no quadro acima, a resposta do Estado diante das necessidades educacionais do país se deu a partir do ano de 1993 com a criação do Consórcio Interuniversitário de EaD (BrasilEaD), proposto pela Universidade de Brasília (UnB). Esse consórcio surgiu em cooperação com entidades públicas, como Conselhos, Ministérios e outros em convênio de cooperação técnica entre o MEC e a UnB. Em 1994, foi criado o Sistema Nacional de Educação a Distância, SINEaD, por meio do Decreto 1.237 de 06 de setembro, que tinha como objetivos:

“(...) facilitar a todo cidadão, por meio da educação aberta, continuada e à distância, o acesso ao conhecimento social e científico disponível na sociedade brasileira e de servir de apoio à consecução dos propósitos do Plano Decenal de Educação para Todos, aplicando os recursos das comunicações, telecomunicações e informática no sistema educacional brasileiro.” (BRASIL, Decreto 1.237, Art 1o, 1994).

Também, neste mesmo ano, foi criada a Coordenadoria de EaD do MEC e dois anos mais tarde, a Secretaria de Educação a Distância. Esta tinha por missão a promoção da Educação a distância no país através de três departamentos: 1 - Departamento de Planejamento e desenvolvimento de Projetos, 2 - Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos e 3 - Departamento de Estudos e Avaliação de Tecnologias (Decreto nº 1.917, DE 27 de maio de 1996). Porém, neste mesmo ano uma lei destaca-se com o objetivo de promover a EaD no país, a LDB de 1996. Foi a partir desta lei que a modalidade pôde se desenvolver em níveis educacionais variados e também na educação superior.

Uma Portaria e um Decreto são os mais considerados na regulamentação da LDB no que diz respeito à educação a distância: o Decreto 5.622 de 20 de dezembro de 2005 e a Portaria 4.361 de 29 de dezembro de 2004, do MEC. O Decreto 5.622 (que revoga o Decreto 2.494/98) faz parte da primeira e mais importante legislação sobre EaD no país. Esta regulamenta o artigo 80 da LDB, caracterizando a EaD como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”(Art. 1º.). Este decreto reconhece que não obstante tratar-se apenas da mudança de modalidade de oferta, que se dá por “metodologia, gestão e avaliação peculiares”. Já a Portaria 4.361 estabelece as regras para:

(...) os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores a distância, de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como de transferência de mantença, aumento e remanejamento de vagas de cursos reconhecidos, desativação de cursos, descredenciamento de instituições, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aditamento de PDI, além de outros processos afins (...). (BRASIL, Portaria 4.361, de 29 de Dezembro de 2004, Art. 1º.

Por esta portaria as instituições de ensino superior deverão realizar o credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade EaD. Este serviço era realizado através do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS desde 2004 até 2010, quando Portaria Normativa MEC nº 40/2007, em seu Art. 64, revogou esse procedimento, substituindo os serviços progressivamente a partir criação de um novo sistema em 2007, o e-MEC, em funcionamento desde 2007. A partir de 24/02/2010 o Sapiens foi desativado para novos processos passando-se todos ao e-MEC^[8].

As competências pertinentes à regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores de educação a distância, regulamentadas pelo Decreto 5.773 de 09/05/2006, especialmente em seu artigo 26, com as atribuições da Secretaria de Educação a Distância – SEED, são alteradas pelo Decreto nº 8.754, de 2016. A partir de então a SEED deixa de existir e “(...) a Secretaria competente poderá instituir processo simplificado de credenciamento específico para oferta de educação a distância para as instituições federais e estaduais de educação superior, exclusivamente no âmbito de programas ou ações conduzidas pelo Ministério da Educação.” A mudança foi vista pela Associação Brasileira de Educação a Distância de forma positiva, como uma ação que viabiliza a inserção da modalidade EaD como parte integrante do processo educacional^[9].

Sem dúvida, um dos argumentos mais fortes para a promoção da EaD é a respeito do poder de expansão do ensino superior e, dessa forma, de ampliação de vagas e democratização do ensino. Também existe neste momento uma necessidade de melhoria na formação de profissionais da educação, muitos ainda sem a formação inicial, sem uma graduação ou graduação na área em que atua. Além dos incentivos para a expansão da EaD, o decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, chama a atenção para a conformação do sistema de EaD nas instituições, indica critérios e elementos necessários para o credenciamento das instituições interessadas em utilizar essa modalidade. O documento “Parâmetros de Qualidade para a Educação Superior a Distância” também se torna um referencial condutor no processo de consolidação das políticas para o fomento da modalidade a distância. Conforme comunica o MEC, esse documento não tem força de lei, mas um “referencial nortEaDor para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada^[10]”.

Em 20 anos de políticas públicas, o governo brasileiro ainda não institucionalizou a Educação a Distância nas universidades. Estas vivem de fomentos através do sistema de bolsas concedidas aos docentes formadores, técnicos e professores mediadores (tutores e/ou monitores), as quais nos últimos anos têm diminuído diante da crise pela qual passa o país, de modo, que tal política baSEADa em bolsas-auxílio, caso venha a finalizar-se, põem em risco ou encerra a oferta da EaD na educação superior na grande maioria

das universidades públicas. Existe, dessa forma, a necessidade da criação de estruturas nas universidades, de pessoal e de infraestrutura física, que se estabeleçam de forma permanente.



Para saber mais

Referenciais de Qualidade da Ead

Conheça os Referenciais de Qualidade para a EaD na UFBA. O documento foi produzido pela Superintendência de Educação a Distância, sendo atualizado anualmente. Apresenta oito itens relacionados a princípios para se obter qualidade na modalidade de Educação a Distância, tais como Design educacional, Sistemas de comunicação, Material didático, Avaliação, Equipe Multidisciplinar, Infraestrutura de apoio, Gestão Acadêmico-Administrativa e Sustentabilidade financeira.

Para ver mais sobre os conceitos citados acima, acesse abaixo os Referenciais de Qualidade para Cursos EaD na UFBA. <https://SEAD.ufba.br/referenciais-de-qualidade-para-cursos-EaD-na-ufba-0>. Acessado em 10 de julho de 2022.

Quadro 5 – Referenciais de qualidade. Fonte: elaborado pelos autores

1.1.5. Tendências ou Gerações da EaD

Lima (2014) realiza um importante estudo analítico das diretrizes, regulamentações, padrões de qualidade/regulação da EaD, com vistas a identificar políticas e indicadores de expansão da Educação Superior em EaD, através de projeto do MEC/CNE/UNESCO. Neste estudo, a autora define três tendências da EaD (identificadas normalmente pelos autores como gerações). As três tendências definidas por esta autora são: 1- Cursos por correspondência e rádio; 2 - Cursos através da televisão e multimeios; 3 - Cursos por computador, meios digitais e da internet. A seguir apresentamos três quadros criados pela autora supracitada que definem os marcos regulatórios organizados pelas tendências apresentadas.

Tendência 1: Geração dos cursos por correspondência e rádio

ANO	CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA E RÁDIO
1904	Escolas internacionais oferecem cursos por correspondência no Brasil
1923-1937	Instalação de Rádio Escolas de iniciativa privada (Municipal/Federal)
1939	Instituto Monitor – Cursos Profissionalizantes por correspondência
1941	Instituto Universal Brasileiro – Cursos por correspondência
1947	Universidade do Ar (SENAC E SESC) – formação por radio
1961	Movimento de Educação de Base (MEB) Rádio – Educativa
1969	Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais
1970	Projeto Minerva (MEO – Emissoras radiofônicas)

Quadro 6 – Cursos por correspondências. Fonte: Lima, 2014

Tendência 2: Cursos através da televisão e multimeios

ANO	CURSOS POR TELEVISÃO E MULTIMEIOS
1972	Programa Nacional de Teleducação (Prontel – MEC)
1973	Projetos “Logos” – Material impress
1978	Telecurso 2º Grau Televisão
1979	Cursos de Extensão Unb/Open University
1979-1983	Pós-Graduação Tutorial a Distância – CAPES
1983	Projeto Ipê – Multimeios
1989	Primeiro Encontro Nacional de Educação a Distância (IPAE)
1992	Projeto Licenciatura Plena – UFMT

Quadro 7 – Cursos por televisão e multimeios. Fonte: Lima, 2014

Tendência 3: Cursos por computador, meios digitais e da internet

ANO	CURSOS POR COMPUTADOR, MEIOS DIGITAIS E INTERNET
1996	LDB – Lei 9.394/1996 EaD integra sistema formal de educação
1997	Criação do Proinfo – Programa Federal de Informática Básica nas Escolas / parceria com estados e municípios.
1998-2000	Consórcios UNIVIR-CO, UniRede, Instituto IUVB.BR, CVA-RICESU, CEDERJ.
1999	Proformação – Programa Federal para formação em nível médio (magistério) professores em exercício
2000	Projeto Veredas – TV na Escola e os Desafios de Hoje
2001	Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar I
2003	Progestão
2004	Pró-Licenciatura

Quadro 8 – Cursos por computador, meios digitais e internet. Fonte: Lima, 2014

Alguns autores passaram a definir de três a cinco gerações ou tendências da EaD no Brasil. Lima (2014) cita apenas três gerações e Taylor (2001) identifica cinco gerações no Brasil, por exemplo. O quadro abaixo é uma compilação resumida das definições dos autores Taylor (2001); Gomes (2008); Dias e Leite (2010) ainda a respeito das fases, gerações ou tendências da EaD no Brasil.

Tendências ou Gerações da EaD no Brasil

FASES/GERAÇÕES/TENDÊNCIAS	DEFINIÇÃO	TECNOLOGIAS EMPREGADAS
Primeira	Educação por correspondência	Material didático impresso distribuído por correios
Segunda	Mídias diversificadas	Impressos, arquivos de Áudio (CD), Vídeo (DVD), Computador (DVD)
Terceira	Aprendizagem por rádio e Televisão (Teleaprendizagem)	Transmissão por rádio, Televisão, audioconferência, videoconferência,
Quarta	Aprendizagem Flexível	Caracterizada pela chegada da web 1.0. Multimídia interativa, aprendizagem on-line e mediada por computador. Atividades síncronas e assíncronas (chat, fórum e e-mails).
Quinta	Aprendizagem Flexível Inteligente	Caracterizada pela chegada da web 2.0. Multimídia interativa inteligente, aprendizagem on-line e mediada por computador em sistemas autoinstrucionais. Objetos de aprendizagem. Comunidades virtuais e redes sociais. Comunidade de prática e grupos corporativos. Recursos Educacionais Abertos - REA. Massive Open On-line Course (Mooc). Convergência tecnológica entre dispositivos eletrônicos.
Sexta	Aprendizagem por meio de realidade virtual.	Caracterizada pela chegada da web 3.0 (Web semântica). Elementos da quarta e quinta geração acompanham esta geração, acrescentando-se os ambientes virtuais imersivos e ambientes 3D. Jogos de realidade virtual e jogos educativos e de simulação.

Quadro 9 – EaD no Brasil. Fonte: elaborado pelos autores baseando-se em Taylor (2001, p. 3);

Gomes (2008); Dias e Leite (2010).

Do ponto de vista histórico, o estudo das fases, tendências ou gerações da educação a distância reflete a sua relação intrínseca com as tecnologias da informação e comunicação, ou seja, metodologicamente falando, só se faz EaD através do uso intenso dessas tecnologias contextuais às épocas em que foram criadas. Dessa forma, a eficácia da modalidade está intimamente ligada não apenas à simples utilização, mas também ao domínio das tecnologias pelos agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Como podemos ainda observar, por meio dos quadros acima, as fases estão diretamente ligadas às invenções tecnológicas. Assim, estaríamos vivenciando a quarta, quinta e sexta fases: aprendizagem flexível, inteligente e virtual, em que fazemos uso da multimídia interativa inteligente e mediada por computador: é a educação on-line.



Para saber mais

Tutores
rede
Internet
autonomia
computador
ava

O estudo das fases, tendências ou gerações da educação a distância reflete a sua relação intrínseca com as tecnologias da informação e comunicação, ou seja, metodologicamente falando, só se faz EaD através do uso intenso de tecnologias

Quadro 10 - Nuvem de palavras. Fonte: elaborado pelos autores

Uma das principais características desta última geração ou tendência é o seu potencial de expansão da oferta. De acordo com Moran (2002), em 1998 “apenas 200 mil pessoas no país estudavam pelo método de educação a distância”. Já em 2002, “com a Internet, são cerca de 1,2 milhões de estudantes”, representando um aumento de 600% no número de vagas. O potencial de expansão do número de vagas tem atraído mais as instituições privadas do que as instituições públicas de ensino superior. De acordo ao censo da ABED do ano de 2014, de 226 instituições que ofertavam cursos ou disciplinas na modalidade a distância, 64% pertenciam à rede privada, enquanto 36% eram instituições

públicas de ensino. De acordo com o Censo da Educação Superior. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, entre 2009 e 2019, o número de matrículas em cursos à distância aumentou 378,9%. Igualmente, os dados do Censo da Educação Superior de 2020, mostram o crescimento exponencial da oferta e das matrículas em curso EaD. A predominância de oferta ainda é na rede privada, mas, nesse ano havia 140 instituições de ensino superior públicas ofertando vagas para cursos EaD através do sistema de Seleção Unificada (SISU). Estima-se que até 2023, as matrículas em EaD superem em números absolutos, a matrícula no ensino presencial.

Conforme Juliane Corrêa (2007), a educação a distância no Brasil tem sido alternativa para um cenário social marcado por desigualdades. A EaD vem como resposta a um quadro social de exclusão e mesmo que historicamente ela tenha surgido para superar distâncias geográficas, hoje ela lida com outras distâncias, forjadas pelas diferenças culturais e principalmente, pelas desigualdades econômicas de nosso país.

Portanto, a Educação a distância veio para ficar e traz consigo muitos desafios, dentre eles, a evasão, a inadimplência (no caso das instituições particulares) e o risco da má qualidade da formação profissional, o que perpassa pela definição de critérios de qualidade adequados e de monitoramento e avaliação dos cursos e de seus egressos.

1.2. Ampliação do direito à educação

A educação a distância nasce de uma antiga modalidade de instrução que vem se desenvolvendo e evoluindo constantemente junto com as tecnologias de informação e comunicação de cada tempo histórico.

Antes, quando a comunicação se dava por meio de cartas impressas, os materiais de estudo eram entregues pelos correios aos estudantes que, por sua vez, realizavam as leituras, preenchiam tarefas e respondiam a provas, devolvendo esses materiais para conferência e provável certificação. A existência desses serviços instrucionais permitiu que muitas pessoas, de diferentes faixas etárias, pudessem estudar e aprender, de forma autônoma, conteúdos técnicos e teóricos que lhes conferiam maior chance de emprego ou o desenvolvimento de hobbies para seu próprio lazer. Com as mudanças sociais e tecnológicas os modos de se educar mudaram muito.

A Educação Superior à Distância no Brasil não estreou avassalante num contexto propício de aceitação e reconhecimento acadêmico ou mesmo de elucubração coletiva. Os primeiros projetos experimentais com EaD ocorreram de forma isolada em instituições públicas e privadas em cursos de extensão e aperfeiçoamento. As primeiras universidades

a ofertar graduação à distância foram instituições públicas. No entanto, vale destacar o pioneirismo da Universidade Federal de Mato Grosso, a primeira a dar início a cursos de graduação a distância e a Universidade Federal do Pará, primeira a ser credenciada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, em 1998 (Alves, 2009, p, 11).

Por seu lado, as pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP^[3] apontam que os primeiros cursos de graduação à distância no Brasil ganharam certo volume apenas no início do século XXI quando cerca de 1.682 matrículas de cursos foram abertas por sete instituições públicas estaduais e federais, seis universidades e uma fundação universitária: Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal do Paraná, Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina e Universidade do Estado de Mato Grosso.

ANO	CURSOS POR TELEVISÃO E MULTIMEIOS		
	Concluintes	Cursos	Matrículas
Brasil 2010	144.553	930	930.179
Brasil 2010	144.553	930	930.179
Brasil 2009	132.269	844	838.125
Brasil 2008	70.068	647	727.961*
Brasil 2007	29.812	408	369.766
Brasil 2006	25.804	349	207.206
Brasil 2005	12.626	189	114.642
Brasil 2004	6.746	107	59.611
Brasil 2003	4.005	52	49.911
Brasil 2002	1.712	46	40.714
Brasil 2001	131	**	5.359
Brasil 2000	460	**	1.682
* Concluintes em 30/06			** Não informado

Tabela 1 - Primeiras ofertas de Graduação a Distância por Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES.

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados retirados do Inep/Mec, 2000 - 2010.

O crescimento da oferta no ensino superior à distância decorre do desenvolvimento da internet na década de 1990, quando se deu também início às pesquisas experimentais com a internet dentro das universidades, a exemplo do primeiro curso de graduação do país que possuía caráter experimental (MORAN,

2002; UFMT^[4]). Apenas as universidades e centros de pesquisa tinham acesso à rede mundial de computadores ou a World Wide Web – WWW. A internet foi disponibilizada à população brasileira para uso comercial em 1996 (BRASIL, 1995). Desde então foi possível a utilização da web, junto com a internet, para realização de cursos e atividades on-line (VIEIRA, E; CUNHA, D; MARTINEZ, 2016). Na última década, o crescimento da educação superior à distância tem mostrado franco crescimento, embora não concorra com o crescimento dos cursos presenciais (129%)^[5].

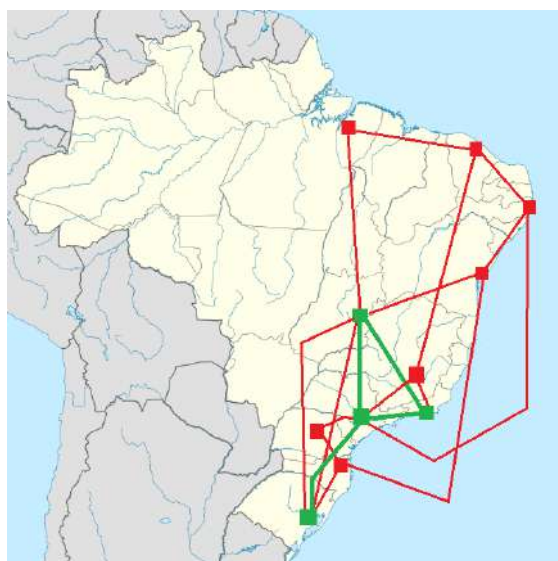


Figura 6 - Surgimento da internet no Brasil em 1995

Fonte: Tecmundo

1.2.1. A EaD na Educação Superior Presencial

A educação a distância também é fator de desenvolvimento da educação, presencial ou não. Por definição de nascença, a EaD já se põe, desde logo, no terreno do novo e da transgressão. Com isso, adquire, sem traumas, uma espécie de direito natural ao erro, com a tácita permissão para ousar na gestação de métodos, materiais e procedimentos (MORAES, 2010, p. 13).

Sem dúvida o desenvolvimento da Educação a Distância aumentou o interesse e estimulou o uso das tecnologias educacionais no ensino presencial. A Portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004, dessa forma, trouxe a possibilidade de

inserção da modalidade EaD em cursos superiores reconhecidos da realização de 20% de sua carga horária total (podendo ser disponibilizada de forma parcial ou total em disciplinas integrantes do currículo, de modo que não ultrapasse 20% da carga horária total do curso) de atividades na modalidade de EaD.

A partir desta portaria de 2004, o MEC estabelece a modalidade semipresencial como uma terceira modalidade, com características predominantes à modalidade presencial.

(...) caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota (BRASIL, 2004).

No entanto, a Portaria Ministerial 1.134, de 10 de outubro de 2016, revoga a Portaria nº 4.059, dando-lhe nova redação. A partir de então o termo semipresencial não mais aparece no texto desta portaria, abrindo um precedente para a discussão a respeito da imprecisão do termo. Porém, o que a portaria traz de mudança em termos objetivos é o esclarecimento a respeito de sua aplicabilidade aos cursos de pós-graduação a distância. Por meio dela, “As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância” (Art. 1º - grifos meus)”.

A autorização expressa e delimitada na nova redação de 2016 é para instituições de ensino superior - IES, que possuam cursos de graduação presenciais reconhecidos e regularmente autorizados. Ou seja, para os cursos de pós-graduação a distância continua vigorando a resolução CNE/CES N°1, DE 8 de junho de 2007. Os cursos de pós-graduação lato sensu presenciais não devem possuir partes na modalidade à distância. Devem ser totalmente presenciais ou totalmente EaD. A nova resolução também abertura para que as IES ofertem parte da carga horária de seus cursos de graduação autorizados na modalidade EaD sem prévia autorização do MEC. No entanto, essas alterações devem constar nos instrumentos de registro do curso (PDI, PPC etc.) para as novas avaliações do MEC. Essa medida favorece significativamente a ampliação da oferta de carga horária a distância pelas IES. Significa possibilitar

a ampliação dos recursos digitais para os cursos presenciais e permitir a inovação tecnológica oferecidas pelas tecnologias cibernéticas.

A expansão da EaD também tem sido alvo de críticas com relação a sua eficácia. O MEC desde 2003 publica o documento “Referenciais de Qualidade da EaD”. Juntamente à legislação vigente (LDB, Decreto 5.622 de 19/12/2005, Decreto 5.773 de 09/05/2006, e Portarias Normativas 1 e 2 de 10/01/2007) o documento se propõe a estabelecer parâmetros que direcionem as instituições a adotarem concepções teórico-metodológica e organização de sistemas de EaD^[11]. Diante de tanta expansão e controle de qualidade, os cursos e seus estudantes da modalidade semipresencial passam a ser avaliados segundo os mesmos critérios e instrumentos dos cursos presenciais, ou seja, um curso híbrido, segundo o MEC, continua tendo as mesmas particularidades dos cursos presenciais.

[1] A Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

[2] <http://www.abed.org.br/site/pt/faq/>, acessado em 17/06/2022.

[3] <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>, acessado em 18/05/2022.

[4] Informações em <http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Cuiaba/2285>, acessado em 25/03/2020.

[5] SEMESP, 2015.

[6] Idem.

[7] ACESSOS por tipo de tecnologia. In: [www.anatel.gov.br](http://ftp.anatel.gov.br). (<http://ftp.anatel.gov.br/>). Acessado em junho de 2022.

[8] SAPIENS. Portal do MEC. Acessado em 15/04/17. In: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/>

[9] Artigo A visão da ABED sobre a extinção da SEED. Acessado em 18/07/22. In: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/noticias_EaD/460/2011/02/a_visao_da_abed_sobre_a_extincao_da_seed_mec.

[10] REFERENCIAIS de qualidade para a EaD. Portal do MEC. Acessado em 18/07/22. In: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-EaD>.

[11] Referenciais de qualidade para EaD. In: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 18/07/22.



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Unidade Temática II - Perspectiva crítica na relação Tecnologias de Informação e comunicação e Educação a distância

As tecnologias digitais conectadas em rede simbolizam a aproximação entre culturas diferentes, entre pessoas, entre linguagens. Contribuem para estabelecer formas de cooperação, de associação e compartilhamento. A cibercultura é a expressão da humanidade através da internet constituindo o ciberespaço que, hoje, não é mais visto como algo externo à realidade, mas como parte integrante dela. Nas palavras de Lévy (2010, 14) “estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômicos, político, cultural e humano”.

Se por um lado, as Tecnologias de Informação e Comunicação concorrem para aproximar pessoas e diminuir distâncias, potencializando práticas educativas transformadoras, por outro, sua incorporação à sociedade e especialmente a educação, precisa ser pensada com muito cuidado. Como nos diz Pretto (2001, p.36), frente ao discurso da incorporação de TIC, é preciso estar atento para o fato de que, se isso não acontece amplamente, poderemos iniciar um novo mecanismo de “exclusão daqueles que já são excluídos em termos de condições mínimas de sobrevivência”, ou seja, o mecanismo de exclusão digital.

Mesmo que uma significativa parte da população não tenha acesso de qualidade a tecnologias digitais conectadas à internet, o cotidiano está cada vez mais informatizado como nos diz Cazaloto, (2008) levando a uma naturalização da convivência com as máquinas informacionais de tal modo que poucas pessoas se preocupam com suas origens,

em como e por que os aparelhos funcionam e, muitas vezes, é comum que se tornem vulneráveis devido ao desconhecimento sobre as tecnologias que estão usando.

Por se tratar de uma modalidade de educação intrinsecamente ligada às tecnologias, é necessário estarmos atentos para que a Educação a Distância não venha a criar novas exclusões, por isso é importante desenvolver uma visão crítica sobre o papel das tecnologias nas nossas vidas.

No passado, a internet foi criada pela colaboração e pelo compartilhamento de informações de forma aberta, envolvendo diferentes instituições (CASTELLS, 2013; LEVY, 1984), mas hoje, devido à atuação de grandes corporações que detém poder sobre a infraestrutura e fornecimento de serviços no universo digital, tem sido implantados modelos de negócios com limitação de uso dos dados ao mesmo tempo em que as pessoas têm suas informações pessoais armazenados em grandes bancos de dados, conhecidos como bigdata sem que se tenha conhecimento sobre como esses dados são utilizados. Portanto, toda escolha tecnológica principalmente no que diz respeito a uso de aplicativos, redes sociais, plataformas de ensino, precisa ser muito bem pensada.

É importante assumir que os artefatos tecnológicos são produtos sociotécnicos porque trazem consigo a intenção de seus criadores e sua existência afeta a realidade. Por exemplo, os telefones celulares tornaram a comunicação mais convergente, rápida, versátil e flexível, mas seu uso traz mudanças cognitivas relevantes, como a dependência humana à memória da máquina ou ainda gerado sérios desgastes sociais como o aumento de acidentes no trânsito, devido ao uso de aparelhos por motoristas. Além disso, quanto mais “inteligentes” essas tecnologias móveis tem se tornado, mais expõem a maioria das pessoas a situações desconhecidas e inesperadas, tais como golpes financeiros ou o risco de se tornar viciado em redes sociais. Além disso, os avanços científicos e tecnológicos têm sido tão acelerados, que não há tempo para aprendermos tudo sozinhos e com tanta velocidade.

Como se nota, a relação com as tecnologias pressupõem também o investimento continuado em educação ao longo da vida e no estabelecimento de redes de informação segura, afinal, toda educação está vinculada a técnicas e a tecnologias e não há neutralidade na forma como estas são criadas ou escolhidas.

Daí a importância de termos clareza sobre o tipo de educação e o tipo de tecnologias que queremos e com as quais estamos lidando. Para a construção desse olhar crítico e problematizador sobre as TIC na educação, muito mais do que ofertar cursos sobre como utilizá-las, Alencar (2009) nos diz que é necessário constituir uma práxis tecnológica.

Práxis tecnológica pressupõe o uso intencional da tecnologia para promover mudanças ou transformações positivas no contexto em que serão inseridas. Para isso, é

necessário compreender os fins para os quais foram criadas, desenvolver conhecimento técnico, ético e estético dos processos de criação com TIC e contextualizá-las para a realidade na qual será inserida. Para isso, é necessário assumir atitudes criticamente curiosas, indagadoras e vigilantes frente às tecnologias, para superar o aspecto meramente técnico.

Nesse mesmo sentido, Bonilla (2004) destaca que os sistemas educacionais precisam extrapolar a dimensão utilitarista e incorporar as TIC como estruturantes de novos territórios educativos. Ou seja, não achar que TIC são ferramentas mas sim, artefatos carregados de conteúdo, de novas formas de pensar, sentir e agir.

uma vez que introduzem um novo sistema simbólico para ser processado, (re)organizam a visão de mundo de seus usuários, modificam hábitos cotidianos, valores e crenças, o que desloca o seu uso de uma racionalidade operativa para uma racionalidade complexa, aberta, polifônica. Nessa perspectiva, as TIC potencializam a constituição de redes que conectam ideias, experiências, sujeitos, instituições, os quais, organizados a partir de relações horizontais, desencadeiam fluxos de interações, organizações, proposições, produções, conhecimentos, competências, aprendizagens. No movimento instaura-se uma outra cultura, emerge o novo, a diversidade se expressa, abrem-se possibilidades para todos, criam-se as condições para gerar conhecimentos, os quais são utilizados para conceber e construir novas dinâmicas educativas (BONILLA, 2004, p. 5)

Nota-se que essa perspectiva é coerente com a proposição da Educação Aberta, continuada e a Distância, que se contrapõe a um modelo de educação massificado e homogeneizador, inspirado no modelo fordista de educação, que estudamos anteriormente.

A EaD no Brasil ainda disputa seu desenvolvimento sob influências da visão de educação do Banco Mundial na década de 90, onde os discursos oficiais propunham programas de treinamentos e capacitações em larga escala com tendência à substituição tecnológica radical, perspectiva que segundo Barreto, 2004, “prevê cada vez menos professores e cada vez mais alunos, sob a alegação de que o desempenho dos últimos depende menos da formação dos primeiros e mais dos materiais utilizados”(BARRETO, 2004, p.1185)

De tal forma, o debate em torno da EaD e das tecnologias devem estar inseridas em análises mais amplas pois dizem respeito aos rumos da educação de modo geral e das políticas de educação conforme nos diz Pretto (2001). Ele reconhece que EaD é uma metodologia importante sendo necessário compreender seus limites e especificidades

sem, no entanto, descontextualizá-la da educação em geral, dos desafios enfrentados pelas escolas.

Em 2020, devido à crise sanitária de covid-19, salas de aula presenciais de todas as etapas de ensino forçadamente experimentaram metodologias características da EaD devido à necessidade de adotar a mediação tecnológica em suas aulas. A partir dessas experiências, alguns conceitos e práticas tornaram-se conhecidos por professores e professoras que, de outro modo, talvez não tivessem oportunidade de os experimentar.

No entanto, nem tudo o que foi feito durante o período da Pandemia do Coronavírus, como alternativa ao ensino presencial, pode ser considerado como EaD, ou mesmo que traga mínimas características dela. Não obstante, o fato de ser uma modalidade intrinsecamente relacionada às tecnologias informacionais, faz com que a Educação a distância potencialmente seja espaço de inovação, pois ela se reconfigura continuamente na medida em que artefatos técnicos surgem, coexistem ou deixam de existir. Dessa forma, a EaD mostra-se com potencial para abarcar as inovações tecnológicas, por fazer parte delas. Por outro lado, características como estas, presentes na EaD, não tem ocorrido em outras modalidades.

Abordamos a seguir alguns desses conceitos sedimentados na EaD cujas práticas enfatizam mudanças na relação ensino aprendizagem clássica ou tradicional.

2.1. Delineando conceitos

2.1.1. Educação hipertextual

O hipertexto é tão antigo quanto a capacidade de imaginação humana, portanto, podemos afirmar que ele não nasce das tecnologias digitais e nem depende delas para se efetivar. Conforme Menezes (2006), estudos como “Leituras do hipertexto: viagem ao dicionário Kazar” de Raquel Wandeli mostram que características como a fragmentação, a interconectividade, arquitetura labiríntica e interatividade com o leitor, são possíveis mesmo no texto impresso, e existem desde muito antes da internet. O que muda com o digital é a ampliação exponencial dessas características acrescidas da não-linearidade, heterogeneidade, intertextualidade e da interatividade a partir de múltiplas linguagens que vão além da escrita. Portanto, o hipertexto é muito mais que um conjunto de links no qual se “clica”, pois é um evento comunicacional aberto, potencialmente ilimitado e, conseqüentemente, sem rota definida. Nas palavras de Menezes (2006)

Assim, não há também um centro definido ou uma hierarquia entre o emaranhado de redes que se formam. É possível a mudança de conteúdo a partir dos nós, que podem se abrir a diferentes pontos de vistas e fornecer uma gama de informações ilimitadas, configurando a intertextualidade. (Menezes, 2006, p.07)

Portanto, a comunicação hipertextual só se efetiva quando há interatividade, ou seja, quando é trilhado em seus diferentes percursos, quando cria novas conexões e quando suas informações são modificadas.

Dessa forma, tem-se claramente delineado que a Educação Hipertextual não se resume a textos com links ou a sequências de perguntas e respostas sobre esse ou aquele conteúdo. Pensar a educação numa perspectiva hipertextual pressupõe ---investir em múltiplas linguagens – verbal e não-verbal, através do audiovisual - para realizar a interatividade, estimulando a autonomia do aprendiz para desenvolver um percurso formativo que cheio de significados e aprendizagens.



Para saber mais

Quer saber mais sobre interatividade? Assista o vídeo do professor Marcos Silva, onde ele explica, em 9 minutinhos, esse importante conceito.

Acesse o canal CTE-SEAD UFBA no youtube e procure por “interatividade” ou então acesse o link

<https://www.youtube.com/watch?v=TZtZJHmlSEU>

2.1.2. Educação Aberta

O conceito de educação aberta é polissêmico mas, de maneira geral, faz referência a uma filosofia educacional que visa quebrar barreiras que limitam o acesso a experiências de aprendizagem e ampliar as oportunidades de formação. A abertura, segundo Pinheiro (2014) pode se dar de diversas formas e em diferentes níveis. Por exemplo, através da disseminação de conteúdos livremente utilizando-se diferentes mídias, sem limitação para uso e reprodução deste conteúdo. Pode também de dar em nível metodológico, com práticas de ensino flexíveis e descentradas, ajustáveis ao estilo de aprendizagem individual,

ou ainda, com a flexibilização do espaço-tempo da educação. Nessa perspectiva, a educação aberta é anterior às tecnologias digitais, mas, na atualidade encontra nelas a sua ampliação, pois a capacidade de produção e distribuição de conteúdos em meios digitais supera barreiras físicas. A perspectiva da Educação Aberta induz à produção de recursos abertos e livres, disponibilizados por licenças livres que permitam que os conteúdos sejam acessados, reproduzidos, compartilhados, modificados, remixados. Portanto, demanda redes de trocas e socialização de conhecimentos sistematizados, o que enfatiza ainda mais a condição de abertura.



Para saber mais

Você já ouviu falar em Recursos Educacionais Abertos (REA)?

Os REA são “conteúdos, registrados sob licenças criativas menos restritivas que as atuais licenças baSEADAs nas leis de direito autoral em vigor no Brasil e no mundo (o copyright), seriam incorporados produtivamente aos ambientes educacionais, como verdadeiros recursos educacionais. É um movimento mais amplo e específico que integra as ações por uma Educação Aberta”. (PINHEIRO, 2014, p.17)

Se você está procurando materiais para preparar aulas, use REA.

2.1.3. Educação Online

A Educação Online pode ser encarada como uma evolução das gerações da EaD estruturada na cibercultura. Ela é orientada pelas funcionalidades e princípios mais positivos do ciberespaço, como local de democratização do acesso ao conhecimento, abertura, ambiências e linguagens diversas, aprendizagem colaborativa em rede, interatividade comunicacional e atividades autorais envolvendo as múltiplas linguagens, plataformas e serviços do ciberespaço. A Educação Online iminentemente se atualiza tão rápido quanto à infraestrutura tecnológica que a abriga.

Palloff, docente na Fielding Graduate University e sua esposa Pratt, que trabalham com e-learning (ou aprendizagem eletrônica, mediada por tecnologias), pesquisaram a respeito das estratégias para trabalhar com estudantes on-line. Para estes autores:

Os princípios envolvidos na Educação a Distância são aqueles atribuídos a uma forma mais ativa e colaborativa de aprendizagem, com uma diferença: na Educação a Distância, deve-se prestar atenção ao desenvolvimento da sensação de comunidade entre os participantes do grupo a fim de que o processo seja bem sucedido (PALLOF e PRATT, 2002, p. 53).

Pensamos que a sensação de comunidade citada por Pallof e Pratt seja a mesma suscitada pelas redes sociais, que fazem tanto sucesso entre usuários na internet, especialmente os jovens. Para Mattar (2013), o conceito de rede social constitui-se em amplo potencial para os processos de ensino e aprendizagem.

Redes constituem uma nova morfologia em educação, modificando substancialmente as operações e os resultados dos processos de ensino e aprendizagem. E essa modificação na estrutura da educação também é determinada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) (MATTAR, 2013, p. 26).

Vamos falar um pouco sobre uma dimensão específica da educação, que é o ensino. Quando escolhemos tratar do ensino não estamos colocando em segundo plano a aprendizagem, afinal, o objetivo do ensino é gerar aprendizagem, mas, neste momento, nosso interesse é dar destaque à infraestrutura como dimensão condicionante da aproximação entre o ensino presencial e a Educação Aberta, Continuada e a Distância.

2.1.4. Ensino Híbrido

O ensino híbrido consiste na aproximação entre a educação presencial e a educação online, ou ainda, podemos dizer que se trata da modalidade EaD influenciando o ensino presencial. Se no passado essa aproximação era feita em experimentações de educadores ousados ou visionários, na atualidade, há previsão para incorporação de carga-horária de EaD em cursos superiores. Isso significa que a presencialidade em local físico e em tempo síncrono abre espaço para a presencialidade virtual e em tempos assíncronos, viabilizando uma expansão dos espaços de aprendizagem.



Para saber mais

Que tal aprender a organizar um curso online?

Caso você queira aprender sobre isso, veja a Trilha formativa Design Educacional organizada pela CTE SEAD/UFBA e disponibilizado em forma de MOOC em no site UFBA em Movimento disponível em <https://ufbaemmovimento.ufba.br/trilha-design-educacional>

Nela você conhecerá o design educacional, as nuances no campo conceitual, bem como suas contribuições estratégicas para a Educação On-Line, na perspectiva da cultura digital, da aprendizagem em rede, em cenários colaborativos e interativos.

2.2. Autonomia na aprendizagem

Após os anos 90, as transformações sociais, tecnológicas e econômicas que ocorreram, permitiram que as debilidades do ensino tradicional ficassem mais evidentes, proporcionando-se contextos para uma educação pós-fordista. Assim, como no modelo de gestão das empresas sugere-se o trabalho em equipe, valorizando as competências múltiplas do trabalhador, tarefas menos segmentadas, nas escolas e cursos de Educação a Distância também ocorre uma adaptação dos serviços a perfis individuais, fugindo do perfil padronizado do mercado de massa, passando a fragmentar o ensino em módulos menores e personalizados à escolha do aluno, que passa a escolher o que quer estudar, quando e de que forma.

A partir de então, nota-se que o estudante passa a precisar de competências de auto estudo e de autogestão (Belloni, 2003, p. 19), fica mais evidente aí o papel da autonomia. Como boa parte dos estudantes no Brasil que optaram por um curso à distância, faz parte de um público de jovens e adultos que procura esses cursos pela flexibilidade do tempo e em sua maioria são estudantes que não desenvolveram autonomia, enfrentam problemas de adaptação pela modalidade que optaram. É um aspecto quase nunca levado em consideração

pelas instituições de EaD, que ao dar pouca importância a esta contribuem para aumento dos índices de evasão dentro de suas próprias escolas.

A autonomia, ao contrário do que muitos devem imaginar, não surge como um conceito pedagógico da EaD, para designar a atitude e postura necessária ao aluno que está espacialmente distante do seu educador, tampouco é um conceito extraído de algum manual de pedagogia ou da obra de algum teórico da área de educação. Mas seu uso ganha centralidade na modernidade, pela crítica kantiana à razão, e é compreendida como a capacidade que a razão tem de pensar a si própria e de se auto atribuir regras e leis. É contrária a heteronomia, situação em que pensamos e agimos sob orientação de outros ou movidos por algo externo a nós. A relevância desse conceito para humanidade é tão amplo que seria um devaneio restringi-lo apenas à pedagogia.

Portanto, ao refletirmos sobre o contexto informacional que nos rodeia, no qual estamos cada vez mais dependentes de tecnologias digitais conectadas em rede para acessar bens culturais e serviços econômicos, assumimos o quanto é importante investir na formação continuada da população para apropriação de saberes relacionados ao universo tecnológico. Afinal, para que haja autonomia é necessário que também exista condições de exercitá-la e isso significa encarar desigualdades profundas enraizadas na nossa sociedade.



Para saber mais

Autonomia: A autonomia, ao contrário do que muitos devem imaginar, não surge como um conceito pedagógico da EaD, para designar a atitude e postura necessária ao aluno que está espacialmente distante do seu educador, tampouco é um conceito extraído de algum manual de pedagogia ou da obra de algum teórico da área de educação.

É só investigarmos mais a fundo o conceito de autonomia, que facilmente percebermos que ele vai muito além de um projeto pedagógico; segundo Abbagmano, este conceito “é introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto do desejo e sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria que é a da razão” (Abbagmano, 1998, p. 509). Não iremos aqui discorrer sobre este conceito na filosofia crítica kantiana, visto que compreende um conteúdo muito vasto que se estenderia a uma série dispendiosa de

artigos; por isso, vamos apenas buscar compreender como a autonomia transcende um projeto pedagógico e compreende o esclarecimento (aufklärung), possibilitado pela liberdade, pelo liberalismo, compreendendo o aspecto político dessa geração, que infelizmente não se projetou ou se efetivou tanto quanto seus projetos econômicos descritos no tópico anterior.

A autonomia deve ser encarada como um pressuposto primordial da educação e como um pilar de sustentação nos cursos à distância. Ela é fundamental nos processos de construção da aprendizagem, pois prioriza a atitude independente do educando ao promover a possibilidade da ação investigativa e promoção da autoria. Dessa forma, espera-se que estudantes da EaD cumpram em primeiro lugar o pré-requisito de manifestarem-se autônomos, realizando curso, matéria, disciplina, questionário ou avaliação para isso. Entende-se que é uma condição estritamente necessária para compreensão por parte dos interessados na modalidade dos cursos à distância de que deverão ser investidos de uma atitude autônoma e se não a possuem deverão desenvolvê-la, estando conscientes de que não conseguirão realizar os cursos que pretendem se antes não estiverem dessa forma preparados.

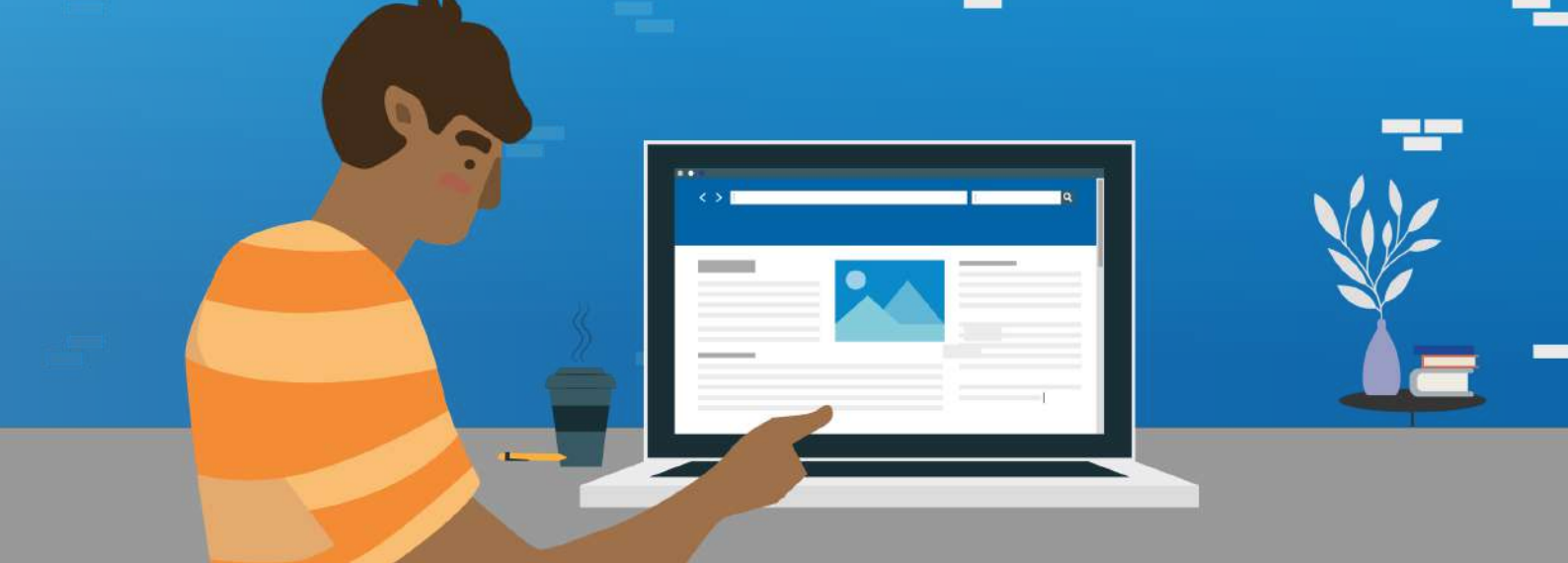


Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Unidade Temática III - Ambientes Virtuais de Aprendizagem, conceitos e características

A revolução da informática trouxe para nós o mundo da internet e das redes sociais, onde todas as coisas parecem ser possíveis, ao imitar a realidade, abrindo um precedente social de dicotomia entre realidade e fantasia, o “real” e o “virtual”. Assim surgiu a internet, a rede mundial de computadores que suporta o mundo digital ou virtual.

Você já deve ter ouvido falar em AVA, não é verdade? A sigla AVA representa as iniciais de Ambiente Virtual de Aprendizagem e é utilizada para definir o espaço digital, mais conhecido como virtual.

Na parte III, iremos conhecer a respeito dos conceitos e das características do AVA, além de aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre o Sistema de Gerenciamento de Cursos gratuito mais conhecido e utilizado, o Moodle.

3.1. Delineando conceitos

3.1.1. Virtualidade

Os termos “Real” e “Virtual” não seriam significados opostos, segundo Pierre Lévy (1996). Ou seja, o oposto ao conceito de “virtual” não seria o conceito de “real”, mas a atual prática da virtualização das coisas reais, cria outras realidades, as realidades digitais.

Tudo o que era tido como real passa a ser desejado no mundo virtual da sociedade contemporânea. O desejo da humanidade demonstra essa busca pelo inalcançável. A criatividade humana conduz a aventuras da inovação. Esse desejo humano está presente no conceito do virtual para Lévy. O virtual opondo-se ao atual, constitui a realidade diversificada. “A árvore está virtualmente presente na semente (...). Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes. (LÉVY, 1996, p. 14)”.

Somos céus atravessados por nuvens de energias vindas da profundidade dos tempos. Quanto mais acreditamos que somos alguém, mais somos ninguém. Quanto mais sabemos que não somos ninguém, mais nos tornamos alguém.

Pierre Levy

Nesse sentido, o virtual também não se constitui em realidade concreta, opondo-se o possível ao virtual, (ideia já presente em Deleuze, em *Différence et répétition*, 1968), explica que “o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe.”. Realização e atualização são conceitos diferentes. Enquanto a realização refere-se ao estado de predefinição, a atualização refere-se à invenção de uma solução dada ao problema. Em suma, o virtual se opõe ao atual, pois está sempre em vias de “atualizar-se”, porém não concretizando este status, e o virtual se diferencia do possível, por estar em estado latente, pronto a se transformar, mas não constituído (LÉVY, 1996, p. 16). No entanto, o significado original desse conceito também foi modificado e reinventado. Virtual na contemporaneidade possui mais o sentido de digital do que o que está em vias de ser realizado (atualizado), ainda não concretizado.

Um ambiente virtual é algo que envolve pessoas e coisas, fazendo-o de forma potencial – o que existe, de fato, no aqui e no agora. Pierre Lévy ressalta a acepção do virtual como potencial, suscetível de ser realizado (atualizado) (Lévy, 2003, p. 15). O mesmo autor, no entanto, também menciona o sentido “técnico, ligado à informática”, do termo (...) (HAGUENAUER e MELLO SOBRINHO, 2012, p. 105).

Pelo exposto, cabe problematizar o adjetivo “virtual” associado aos ambientes de aprendizagem. Alguns autores defendem que o termo digital seria mais apropriado para se referir aos ambientes de aprendizagem, uma vez que o ambiente de aprendizagem possui espaços reais, navegáveis por links, e não virtuais no sentido original do termo, muito embora possa haver ambientes virtuais no espaço digital (MURRAY, 2003, HAGUENAUER e MELLO SOBRINHO, 2012).

Em seguida, passaremos a conhecer os conceitos referentes aos ambientes virtuais de aprendizagem.



Figura 8 - Internet

Fonte: wikimedia (cc 4.0)

3.1.2. Ambientes Virtuais de Aprendizagem

A aceção da sigla AVA tem sido pouco discutida na literatura produzida no país. A professora Cristina Haguenuer (2012) é uma das pesquisadoras que realiza estudos sobre Sistemas de Gerenciamento da Aprendizagem - SGAs e Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA. Iremos realizar uma explanação sem a pretensão de explicar o surgimento do termo.

Para Mello Sobrinho e Haguenaer (2012, p.14) existe uma falta de clareza com relação à definição do que seja AVA e SGA. Muitos utilizam os dois termos como sinônimos, no entanto, ela defende que não são. SGA, para autora são os sistemas em si mesmos, enquanto AVA são os ambientes criados dentro destes sistemas.



Para saber mais

Conceito de ava

Atenção! AVA não são os softwares em si mesmos, mas os ambientes que são criados dentro deles. Por exemplo, o Moodle não se torna um AVA se dentro dele não forem criados espaços de ensino aprendizagem.

Nesse caso, numa só definição, criou-se uma confusão de todos os termos e definições possíveis, uma vez que Ambientes Virtuais de Aprendizagem não são softwares propriamente ditos, mas sim, ambientes criados a partir de ferramentas ou softwares especialistas, estes por sua vez desenvolvidos para facilitar o trabalho de criação dos Ambientes Virtuais. Os AVA não existem unicamente para auxiliar na montagem de cursos, mas sim, como o próprio nome já diz, são ambientes utilizados para facilitar ou promover a aprendizagem (HAGUENAUER e MELLO SOBRINHO, p. 14).

Essa definição, com a qual concordamos, torna-se fundamental para compreensão de que os sistemas muitas vezes se impõem com suas limitações técnicas sobre as concepções que se constroem a respeito das salas de aula virtual. E a construção e mediação do conhecimento como se dará a partir do ambiente que se tem à disposição para a oferta do curso?

De acordo com HAGUENAUER e MELLO SOBRINHO (2012), o ambiente virtual propicia o resgate de uma postura mais ativa e menos passiva dos alunos, ao exigir dele maior independência e desenvolvimento de habilidades como maior afiliação tecnológica, autonomia e motivação. Se isso não acontece, perde-se o objetivo fundamental para estabelecimento da aprendizagem. Esta é uma análise centrada na observação das características dos ambientes virtuais.

Pensando-se a respeito da criação dos ambientes virtuais de aprendizagem, o conhecimento multidisciplinar é essencial para quem trabalha com gerenciamento. Segundo Haguenaer (2003, p. 01),

O desenvolvimento de materiais didáticos para uso em Ambientes Virtuais de Aprendizagem exige conhecimentos de diversos campos, como informática, programação visual, psicologia da aprendizagem e o conteúdo específico a ser ensinado, o que pressupõe a existência de uma equipe transdisciplinar. Esse novo formato de trabalho leva o professor a uma reformulação de suas práticas e métodos de ensino, de forma a obter uma mudança de qualidade significativa no processo ensino – aprendizagem (grifo nosso).

Mas nós perguntamos: essas mudanças significativas acontecem de maneira efetiva nos ambientes virtuais de aprendizagem?

3.2. Características dos AVA



Figura 9 - Moodle

Fonte: Wikimedia Commons

3.2.1 O Moodle - o que é e como funciona

Para exemplificar as características de um ambiente virtual de aprendizagem, escolhemos o Moodle que é um Sistema de Gestão da Aprendizagem (SGA) utilizado para gerenciamento de cursos do tipo e-learning (aprendizagem on-line) ou b-learning (aprendizagem à distância em que maior parte dos conteúdos é disponibilizado pela internet, incluindo conteúdos para encontros presenciais).

Essa escolha não é neutra, afinal, o Moodle é desenvolvido em linguagem livre (free software), estando presente em mais de 175 países (Moodle.org). Optar por usar plataformas desenvolvidas em software livre é uma escolha ética e coerente com os princípios da educação aberta.



Reflexão

Você acredita que a educação é para todos? Que o acesso a tecnologias é direito de todos?

Então você precisa conhecer - e participar do movimento do Software Livre. Um software é considerado livre quando atende a quatro liberdades essenciais:

Liberdade nº 0: A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito

Liberdade nº 1: A liberdade de estudar como o programa funciona, adaptá-lo para as suas necessidades.

Liberdade nº 2: A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo .

Liberdade nº 3: A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie.

Segundo Menezes (2018) o software livre como escolha ética e política porque historicamente é base de um ecossistema colaborativo de comunidades e de projetos que contribuem para definir padrões e rumos da sociedade em informacional.

Moodle é uma sigla ou acrônimo para Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, ou seja, um ambiente de aprendizagem dinâmico que utiliza módulos com ferramentas específicas. O Moodle possui uma proposta de pedagogia construcionista social. Segundo o site Moodle.org: “O Moodle é um software para gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo, permitindo a criação de cursos on-line, páginas de disciplinas e de grupos de trabalho. Está em desenvolvimento constante, tendo como filosofia uma abordagem social construcionista da educação. (MOODLE.org, 2022)

A plataforma possui uma variedade de recursos em constante aperfeiçoamento por uma comunidade sólida de desenvolvedores. As interfaces didáticas são subdivididas em tarefas ou

atividades. As tarefas possibilitam aos autores ou designers educacionais criar recursos visuais diversos, aumentando as possibilidades de customização das salas (ou cursos).

As atividades são recursos com interfaces prontas dentro do Moodle visando à avaliação da aprendizagem, com atribuição de notas ou conceitos. As principais atividades e as mais amplamente utilizadas são fórum e envio de tarefas. Ambas permitem a atribuição de notas ou conceitos, associados a um boletim (relatório de notas).



Para saber mais

O australiano Martin Dougiamas, inventor do Moodle, não o criou pensando em um LMS (learning Management System), mas sua ideia inicial tratava-se apenas de possibilitar que um sistema pudesse permitir a criação de ambientes particulares, apropriados às necessidades contextuais, seja de uma universidade, seja de uma pequena escola.

O projeto de desenvolvimento começou a partir da iniciativa de criação de uma solução para e-learning (ensino on-line) inspirado nos problemas que tinham os professores com quem Dougiamas trabalhou na Curtin - Universidade de Tecnologia, em Perth, Austrália, e em sua experiência frustrada no desenvolvimento do sistema WebTC, enquanto gerente da Blackboard.

Segundo Dougiamas o fato do Moodle ser um software livre possibilitou a este sistema um maior desenvolvimento por grupos de desenvolvedores organizados em rede mundial. O trabalho destas comunidades resulta na criação de inúmeros plugins, integrações e técnicas, possibilitando inúmeras criações.

O software vem se desenvolvendo desde 2001 quando foi criado ou “iniciado” por Dougiamas. Embora não o tenha evidenciado como aspecto negativo, o autor afirma que a maneira como as pessoas aprendem no Moodle não mudou: What hasn't changed is how people really learn (O que não mudou é a forma como as pessoas realmente aprendem (tradução nossa)).

Fonte: Dougiamas

O Moodle é uma plataforma de aprendizagem projetada para proporcionar a professores, administradores e estudantes, um sistema seguro e integrado, onde possam criar ambientes de aprendizagem personalizados e flexíveis.

3.2.2. Ensino e aprendizagem com Moodle

Em si mesmo o Moodle não é um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, mas o é em potencial. Com o Moodle podemos criar um site informativo ou uma loja virtual e não exatamente um AVA. Para que se torne um AVA é necessário desenvolver e configurar as suas interfaces. Isso exige uma customização de sua identidade visual e um projeto de design educacional.

Os ambientes virtuais constituem-se em espaços criados para a reinvenção dos espaços educacionais físicos no mundo virtual. No entanto, a tentativa de reprodução das atividades educacionais presenciais nos ambientes virtuais nos mesmos moldes não é adequada, pois tratam-se de linguagens distintas. Ou seja, podemos tentar reproduzir uma roda de conversas, um seminário, no entanto, teremos que observar as características desta nova linguagem, em razão dos meios de comunicação estabelecidos.

O questionamento que devemos fazer é o quanto os estudantes podem aprender no Moodle, que avanços conseguiremos a cada nova experiência e de que forma as Instituições de Ensino Superior o têm utilizado para o ensino-aprendizagem.

A credibilidade do Moodle espalhou-se rapidamente devido à facilidade de acesso, instalação e utilização, estando suas licenças condicionadas às quatro liberdades do software livre; usar, estudar, redistribuir e modificar (creativecommons.org). Todavia, a customização da interface desta ferramenta não tem levado em consideração aspectos cognitivos relacionados à produção e interpretação de significados de modo a propiciar Affordances adequadas e construção de sentidos planejados. Esses problemas podem ser estudados à luz das teorias sociais do discurso, como a semiótica social.

A exigência estabelecida pelos usuários das redes sociais tem contribuído para um aperfeiçoamento estético e de navegabilidade e usabilidade dos ambientes virtuais de aprendizagem.

3.2.3. Sobre a Utilização do Moodle

Muitas instituições de ensino (básico e superior) e centros de formação estão adaptando a plataforma aos próprios conteúdos, com sucesso, não apenas para cursos totalmente virtuais, mas também como apoio aos cursos presenciais.

A plataforma também vem sendo utilizada para outros tipos de atividades que envolvem formação de grupos de estudo, treinamento de professores e até desenvolvimento de projetos. Muito usado também na Educação a distância. Outros setores, não ligados à educação, também utilizam o Moodle, como por exemplo, empresas privadas, ONGs e grupos independentes que necessitam interagir colaborativamente na Internet.

Os cursos Moodle podem ser configurados em três formatos, de acordo com a atividade a ser desenvolvida:

1. Formato Social – em que o tema é articulado em torno de um fórum publicado na página principal;
2. Formato Semanal - no qual o curso é organizado em semanas, com datas de início e fim;
3. Formato em Tópicos - onde cada assunto a ser discutido representa um tópico, sem limite de tempo pré-definido.

A plataforma Moodle apresenta como pontos fortes, quando utilizado para o ensino:

1. Aumento da motivação dos alunos;
2. Maior facilidade na produção e distribuição de conteúdos;
3. Partilha de conteúdos entre instituições;
4. Gestão total do ambiente virtual de aprendizagem;
5. Realização de avaliações de alunos;
6. Suporte tecnológico para a disponibilização de conteúdos de acordo com um modelo pedagógico e design institucional;
7. Controle de acessos;
8. Atribuição de notas.

3.2.4. Plug-ins

O Moodle possui uma variedade de plugins, que podem ser recursos e atividades, instaláveis, que são numerosos. Podem ser estáticos ou dinâmicos, como páginas de texto, páginas de texto Web, apontadores para ficheiros ou páginas Web, conteúdos de pastas e atividades diversas.

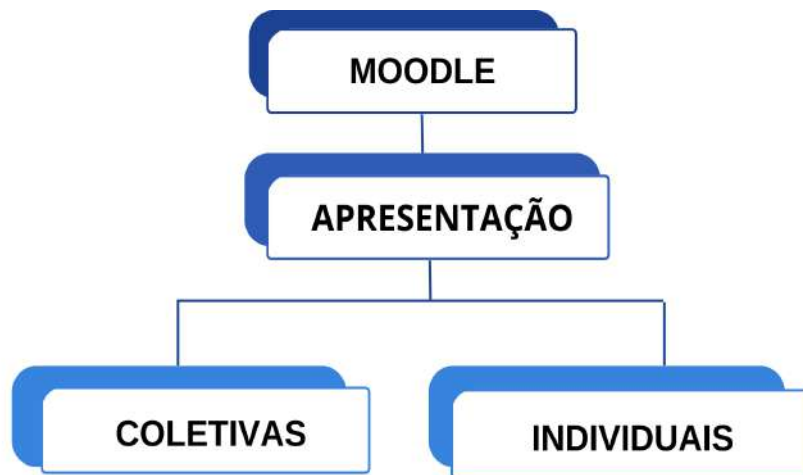


Figura 10 – Plugins

Fonte: elaboração dos autores

3.2.4.1. Atividades Coletivas

Solicitam a participação de todos os envolvidos e a valorização do que cada um oferece na construção de determinado conhecimento, fortalecendo assim, a interação, parceria e a colaboração. São elas:

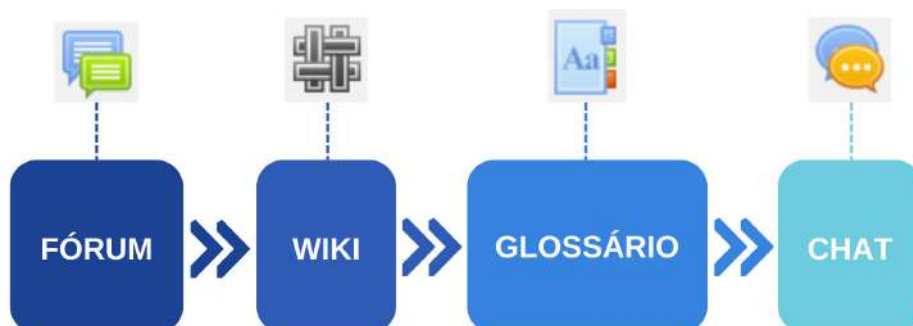


Figura 11 – atividades coletivas

Fonte: elaboração dos autores

Conheça melhor os principais plugins e recursos utilizados para a aprendizagem coletiva no Moodle:






	Diário: Esta ferramenta é um espaço reservado para o aluno e o professor, o que permite uma maior reserva nos diálogos entre eles, pois os demais estudantes não terão acesso.
	Questionário: Esta é uma atividade de avaliação individual, que permite elaborar questões com diferentes formatos de resposta. O mesmo é criado pelo professor, respondido pelo aluno e corrigido automaticamente pelo sistema (com base no gabarito previamente definido pelo professor).
	Tarefa: Atividade que permite que os estudantes enviem textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo professor. As tarefas podem ser de envio de arquivo, de texto online ou off-line, dependendo da configuração escolhida.
	Escolha: É uma atividade que permite a criação de uma enquete de uma única questão com múltiplas escolhas.
	Pesquisa: É uma ferramenta para obter opinião sobre determinado assunto. Muito usada para diagnosticar perfis antes de iniciar uma atividade específica.

Figura 12 – principais plugins e recursos em aprendizagem coletiva

Fonte: elaboração dos autores

3.2.4.2. Atividades Individuais

Essas atividades solicitam a participação individual da produção dos estudantes, elas não são compartilhadas com os demais, apenas o professor tem acesso.

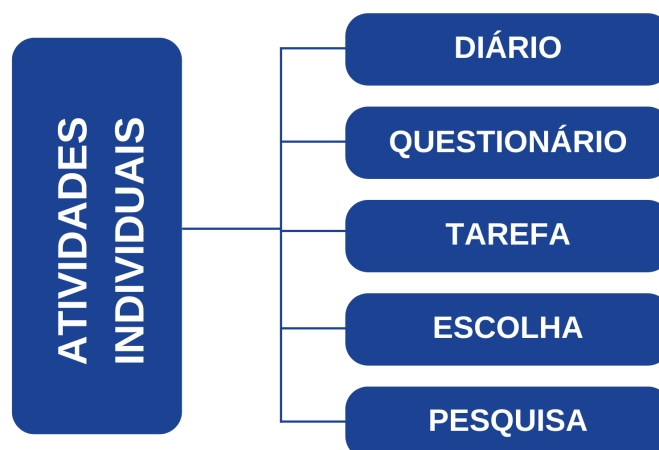


Figura 13 – atividades individuais

Fonte: elaborado pelos autores

Conheça melhor os principais plugins e recursos utilizados para a aprendizagem individual no Moodle:






	Diário: Esta ferramenta é um espaço reservado para o aluno e o professor, o que permite uma maior reserva nos diálogos entre eles, pois os demais estudantes não terão acesso.
	Questionário: Esta é uma atividade de avaliação individual, que permite elaborar questões com diferentes formatos de resposta. O mesmo é criado pelo professor, respondido pelo aluno e corrigido automaticamente pelo sistema (com base no gabarito previamente definido pelo professor).
	Tarefa: Atividade que permite que os estudantes enviem textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo professor. As tarefas podem ser de envio de arquivo, de texto online ou off-line, dependendo da configuração escolhida.
	Escolha: É uma atividade que permite a criação de uma enquete de uma única questão com múltiplas escolhas.
	Pesquisa: É uma ferramenta para obter opinião sobre determinado assunto. Muito usada para diagnosticar perfis antes de iniciar uma atividade específica.

Figura 14 – plugins e recursos para aprendizagem individual

Fonte: elaborado pelos autores

3.2.4.3. Recursos

Além de atividades, o Moodle oferece a possibilidade de acrescentar “Recursos” (materiais para consulta e estudo).

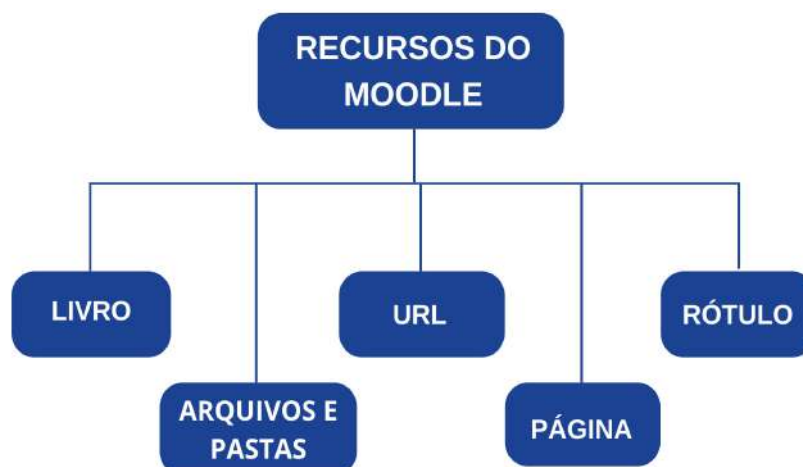


Figura 15 – Recursos do Moodle

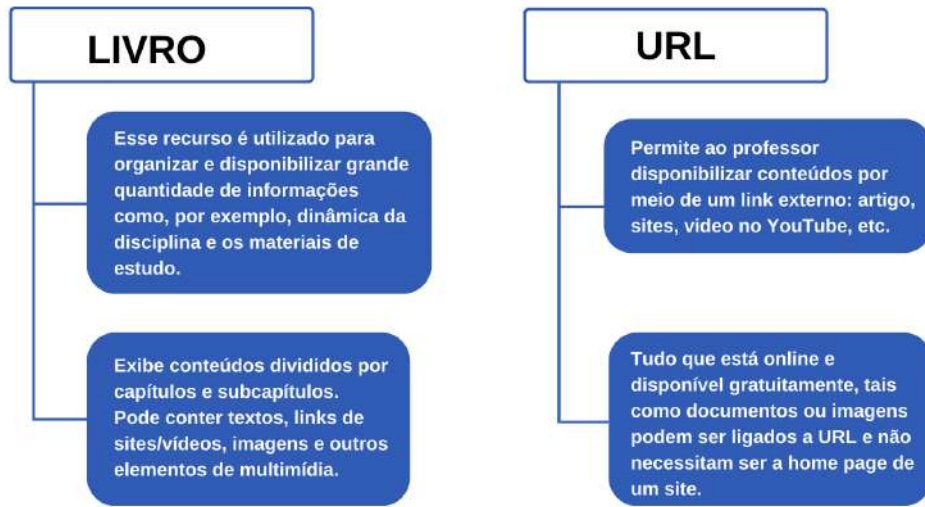


Figura 16 – Recursos do Moodle

Fonte: elaborado pelos autores

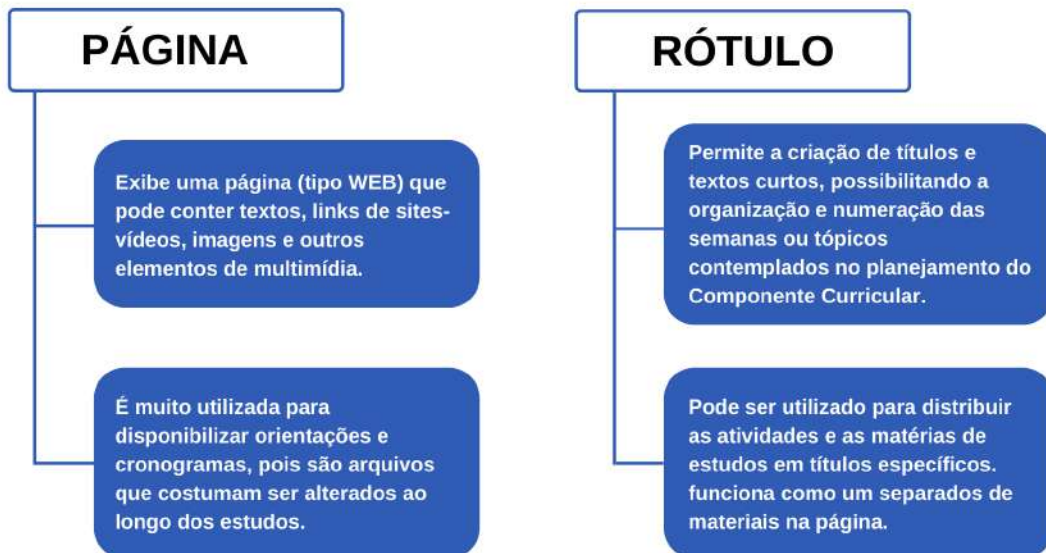


Figura 17 – Recursos do Moodle

Fonte: elaborado pelos autores

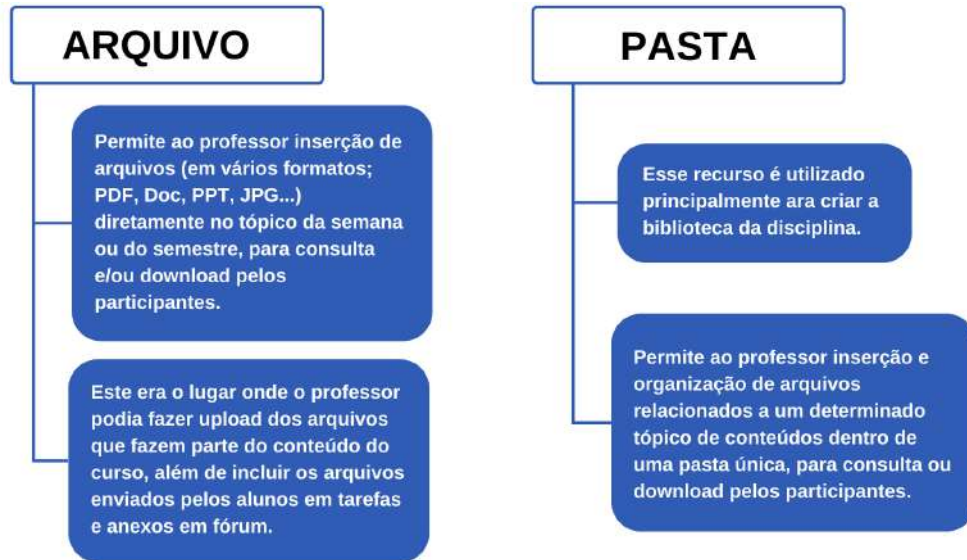


Figura 18 – Recursos do Moodle

Fonte: elaborado pelos autores

Estes são os recursos básicos do Moodle. Muitas outras possibilidades são permitidas através de recursos com jogos, tecnologia H5P, tecnologia Scorm etc. Basta criatividade, curiosidade e empenho para o aprendizado no Moodle.

Sem a pretensão de fazer substituir ou simular uma sala de aula presencial, os AVA têm se tornado a sala de aula dos cursos à distância. Os novos ambientes de ensino e aprendizagem da educação superior à distância são digitais. Esses ambientes foram popularmente conhecidos como Ambientes Virtuais de Aprendizagem, cujo acrônimo popularizou-se no meio educacional como AVA.



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Considerações Finais dos Autores

Vamos retomar as perguntas que fizemos no início da nossa “conversa”...

1. Você já pensou que realizando um curso na modalidade de Educação a Distância você obteria um diploma de forma muito fácil?

2. Você já pensou que realizando um curso EaD não necessitará reservar horas de estudo pessoais de forma presencial?

3. Já passou pela sua cabeça também a ideia de que alunos de EaD estudam menos?

Na educação a distância, a autoaprendizagem deve superar a ideia de que a aprendizagem é construída e mediada pelo material didático. O material didático não deve se tornar o centro instrucional, pois o centro da aprendizagem está na forma como se relaciona com as instruções e com os conteúdos, reconhecendo que é possível construir conhecimentos através da interatividade mediada pelos diversos recursos digitais dos AVA.

As diversas interfaces devem propiciar a aprendizagem colaborativa e a interatividade não se reduzindo à instrução utilitarista. Desde o início os planejadores de cursos, tanto quanto os estudantes precisam ser sensibilizados a realizar a construção do conhecimento de forma dialógica, aberta e colaborativa.

Toda tentativa de relacionamento em rede, seja dentro dos ambientes virtuais ou das redes sociais torna-se um afastamento dos relacionamentos presenciais e vice versa, do ponto de vista da simulação. Quanto mais os atores tornam-se presentes nas redes sociais, isso implica numa ausência de sua presença física. Isso quer dizer que permanecer nos ambientes virtuais deveria fazer mais sentido para os educandos.

A virtualidade, em sua acepção original, implica numa tentativa de representação do real, de simulação da presencialidade não concretizada. A persistência de uso do termo virtual, no entanto, se impõem por uma mudança de conceitos. Hoje o termo virtual significa digital. A popularização do termo na educação se deu por meio da denominação dos AVA. Este acrônimo tornou-se também comum para significar os novos espaços de ensino aprendizagem em ambientes digitais.

Por fim, acreditamos que o sentimento de comunidade de aprendizagem deva ser despertado nas turmas a fim de que haja maior interação, interatividade e envolvimento, engajamento. A comunidade de aprendizagem tem como elemento central a criação de contextos - sejam presenciais ou virtuais - que alimentem a participação coletiva e a interação dialógica entre seus. A autonomia é fundamentalmente importante nesse contexto, pois ela se resume à escolha individual, mas a um compromisso com o conjunto de pessoas que aprende junto e com quem se compartilha o espaço virtual.

As assimetrias sociais com as quais nos deparamos, também se materializam na falta de oportunidades de acesso à informações sistematizadas com qualidade e disponíveis abertamente para aqueles que possam se interessar.

Como se vê, mesmo diante de todos os desafios, a educação a distância tem sido cada vez mais atualizada e apropriada em diferentes níveis institucionais e quanto mais aberta e continuada, mais ela contribui para superar distâncias.



Ilustração: Freepik, adaptado por Sofia Virolli

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 21ª edição. ed. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

ABED. Censo **EaD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2019/2020. TRAD. Camila Rosa. Curitiba: InterSaberes, 2021.

ALVES, J. r. M. **A história da Educação a Distância no Brasil**. Carta Mensal. ano 16, n. 82, jun. 2007. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm>. acesso em: 10 jul. 2015.

BARRETO, Raquel Goulart. **Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente**. Educação & Sociedade (CEDES), Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1181-1201, Set./Dez. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es>. acesso em: 10 jul. 2017.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3ª Edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Educação e inclusão digital**. 07 Nov. 2004. Disponível em wiki.dcc.ufba.br/GEC/MariaHelenaBonilla. Acessado em 30/08/2010.

BRASIL. Decreto 1.237, Art. 1o, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1237-6-setembro-1994-449637-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02/08/2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm. Acesso em 02/08/2022.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 23 de dezembro de 1996, Seção 01.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 15 Maio de 2022.

BRASIL. Portaria 4.361, Art. 1º, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf. Acesso em 02/08/2022.

BRASIL. Portaria Ministerial 1134, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503>. Acesso em 02/08/2022.

BRASIL. PORTARIA Nº 4.361, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004. DOU de 30 de dezembro de 2004, Seção 1, páginas 66/67. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf. Acesso em 02/08/2022.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital**: uma visão crítica. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. 208p.

CORREA, Juliane (org.). **Educação a distância**: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância da legislação ao pedagógico**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Maria João. **Na senda da inovação tecnológica na educação a distância**. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 42, p. 181-202, 2008.

HAGUENAUER, C. J.. **Estudo Comparativo de Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Colabor@ (Curitiba), www.ricesu.com.br/colabora/, v. 2, n.5, p. 1/12, 2003.

HAGUENAUER, Cristina. **O Ambiente Colaborativo na Internet**. Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação - LATEC. *Revista Mídia e Educação*, 2003. In: http://www.latec.ufrj.br/educaonline/index.php?option=com_content&view=article&id=49:ambientes-virtuais--de-aprendizagem&catid=41:artigos-tecnicos&Itemid=58. Acessado em 12/03/2017.

HAGUENAUER, Cristina; CORDEIRO FILHO, Francisco. **Ambientes virtuais de aprendizagem**: dos sistemas de gerenciamento aos games e à realidade virtual. Curitiba: EDITORA CRV, 2012.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

LIMA, Daniela da C. B. P. Projeto Cne/Unesco 914brz1142.3 Desenvolvimento, Aprimoramento E Consolidação De Uma Educação Nacional De Qualidade - **Educação A Distância Na Educação Superior**. MEC: Brasília, 2014.

MATTAR, João. **Web 2.0 e redes sociais na educação**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2013.

MELLO SOBRINHO, E.C. ; HAGUENAUER, C. J. . **Ambientes Virtuais, Hipermídia, Multimídia, Games, Realidade Virtual, Virtual Heritage**: definições, conceitos, similaridades e singularidades, Revista Educação Online, Volume 6 - No 1 - Janeiro/Abril de 2012, pp. 103 a 124.

MENEZES, K. M. Educação hipertextual e complexidade humana. In: : II SEMANA DA PEDAGOGIA E IV ENCONTRO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UnB, Brasília, DF, 2006. Disponível em <https://pt.slideshare.net/KaMenezes/educacao-hipertextual-e-complexidade-humana>. Acessado em 18 de julho de 2022.

MENEZES, Karina Moreira. **P2H: pirâmide da pedagogia hacker**: [vivências do (in) possível]. 2018. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador,.

MOODLE. O que é Moodle? <<https://docs.Moodle.org/29/en/Philosophy>>;<<http://Moodle.org>>. Acessado em 25/06/2022.

MORAES, Reginaldo C. **Educação a distância e ensino superior**: introdução didática a tema polêmico. São Paulo, Editora Senac, 2010.

MORAN, José M. **A educação superior a distância no Brasil**. In: SOARES, Maria Susana A.(Org.) A Educação Superior no Brasil. Brasília, CAPES - UNESCO, 2002. Páginas: 251-274.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço**. São Paulo, Itaú Cultural, UNESP, 2003.

OLIVEIRA, José Renato de. **Affordance e construção de sentidos**: um estudo sobre percepção e design de interface no ambiente virtual de aprendizagem. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Arte e Cultura - IHAC, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, José Renato G; NUNES, Maira M. **Sobre A Autonomia Do Estudante Na Educação a Distância**. Congresso Nacional de Ambientes Hipermídia para a Aprendizagem, 2011.

OLIVEIRA, R. A. F. ; HAGUENAUER, C. J. ; FILHO, F. C. . Análise de uma Experiência com uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Sistemas de Gerenciamento da Aprendizagem Online na Escola de Comunicação. In: XXXII JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL, 2010, Rio de Janeiro. XXXII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural, 2010.

PAIVA, Vera M. de O. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem:** implicações epistemológicas. Educação em Revista. Belo Horizonte, V.26, n.03, pp.353-370, dez. 2010.

PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual:** um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Daniel Augustin. **Mídias sociais como estratégia de comunicação em instituições de ensino:** o caso do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2013.

PRETTO, Nelson De Luca. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. In: BARRETO, Raquel Goulart (org.) **Tecnologias educacionais e educação a distância:** avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

PRINHEIRO, Daniel Silva. **Potencialidades dos recursos educacionais abertos para a educação formal em tempos de cibercultura.** 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador.

TAYLOR, James C. **Fifth generation distance education?** University of Southern Queensland, Queensland, Australia, v. 40, p. 1-8, 2001.

WANDELLI, Raquel. **Leituras do hipertexto:** viagem ao dicionário Kazar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 277 p.



Universidade Federal da Bahia

Educação aberta, continuada e a distância

Este ebook traz um breve estudo teórico, dicas e orientações, além de reflexões a respeito da Educação a Distância (EaD) que caminha para tornar-se Aberta, Continuada e a Distância (EACD), modalidade da educação em franca expansão. Além de ensinar sobre a EaD, este material também irá dirimir equívocos comuns sobre a modalidade. Você verá que a modalidade de Educação a Distância demanda dedicação e organização das pessoas envolvidas em suas diversas etapas, sejam estudantes, educadores/as, tutores/as ou gestores/as. Essa característica faz com que a modalidade de ensino-aprendizagem aconteça com mais qualidade.



PROEXT



Faculdade de Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SEAD
Superintendência de
Educação a Distância UFBA

NET
NÚCLEO DE ESTUDOS DE
Linguagens & Tecnologias